

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A
CIRCULAR
EM INVÓLUCRO
FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



TAXA PAGA
PORTUGAL
PORTALEGRE

JUSTIÇA & DEMOCRACIA

Director: Bruno Gorjão

Directores adjuntos: Susana Duarte e Luís Miguel Martins

Nº. 03

MAR./ABR. 2006

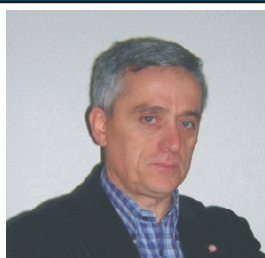
RUMO

ESTRATÉGIA

ATITUDE

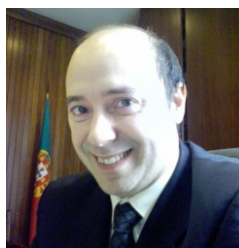


EQUIPA



03

"Razões para Mudar"
por Aguiar Pereira



05

"Falar ou não falar
Calar ou não calar" por Edgar Taborda Lopes



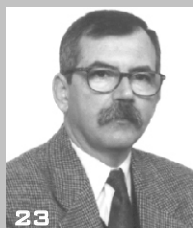
12

"A Depressão e (alguns) caminhos de Mudança",
por Luís Azevedo Mendes

DESTAQUES



João Carvalho Carreira



João Gomes de Sousa

Impressão: Ingrapoli, S.A. • Tiragem: 3000 exemplares • Concepção gráfica: Ingrapoli, S.A. • Propriedade: "Movimento Justiça & Democracia, C.R.L.", com sede em: Av. Álvares Cabral nº 215, 2710 Linho, Sintra • Director: Bruno Gorjão • Directores Adjuntos: Susana Duarte e Luís Miguel Martins • Colaboraram neste número: Aguiar Pereira; Artur Oliveira; Edgar Taborda Lopes; João Henrique Sousa; João Ricardo Carreira; José Manuel de Carvalho; José Manuel Quaresma; Luís Azevedo Mendes; Luís Miguel Martins; Manuel Henrique Ramos Soares; Miguez Garcia; Rosa Vasconcelos; Rui Fiolhais • Depósito Legal: 171365/01.

FICHA TÉCNICA

TEXTO DO MANDATÁRIO PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES

Colegas.

Calmamente, de modo conversado, por corresponder este ao "hábito profissional" dos juízes, venho dizer-vos que apoio o Rumo, a Estratégia e a Atitude do Desembargador António Martins à presidência da Associação. E que apoio a sua Coragem e a dos que, lado a lado, o acompanham na reacção às iniquidades e baixezas a que, especialmente nos últimos tempos, nos quiseram sujeitar.

Não o faço em condições de ânsia unanimista, nem apenas com o propósito de congregar os descontentes (e quantos serão?), mas com uma voz obtida por síntese de outras vozes.

Porque até agora não vemos uma qualquer conquista notável (como seria a da reafirmação da dignidade do nosso trabalho!). Não há sequer uma única conquista. Tudo se tem dissolvido em palavras sem eco e sem retorno, perante as forças contraditórias do ridículo e do patético, quando não da ignorância e da maledicência! O que nos obriga a reagir sempre, dentro do humanamente possível.

Destaco a firmeza dum Programa que procura dar um novo rumo às coisas, que se nega a continuar o estado de anestesia e de pessimismo até agora dominantes. É um modelo programático que se não limita a apresentar soluções metafísicas, que não poupa as verdades mais duras - e que nos oferece (finalmente!) uma estratégia coerente, bem definida e exemplarmente delineada.

Para assim podermos ter uma voz serena, sincera e claramente audível, em que a palavra e a acção apareçam como instauradoras da verdade e da dignidade.

Porque por elas, que são uma riqueza arrecadada para todo o nosso sempre, vale a pena insistirmos, recusando as muitas omissões que tanto doem.

MIGUEZ GARCIA

Juiz Desembargador

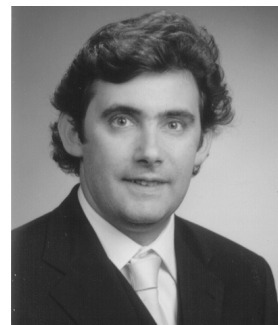
Mandatário para os Tribunais Superiores



Rosa Vasconcelos
Direcção Regional Sul



José Manuel Quaresma
Direcção Regional Centro



Luís Miguel Martins
Direcção Regional Norte



Direcção:

Presidente: Raúl Eduardo Nunes Esteves

Vice-Presidente: José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho

Tesoureiro: Artur Manuel da Silva Oliveira

Vogais: - Maria Margarida Machado de Almeida Fernandes

- Narciso Magalhães Rodrigues

- Rosa Maria Colchete de Vasconcelos

- Rui Miguel de Castro Ferreira Teixeira

RAZÕES PARA MUDAR

1. Quando aceitei integrar a Lista Nacional ao Conselho Geral da candidatura liderada pelo colega Dr. António Martins assumi que era chegado o momento de os Juizes se unirem em torno de um projecto de mudança da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

O Conselho Geral da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, é, estatutariamente, o órgão deliberativo e de condução da política da A S J P, que representa em permanência os seus associados, tendo como uma das suas competências a de acompanhar a actuação da Direcção Nacional e das Direcções Regionais e fazer-lhes recomendações.

A sua criação culminou um processo de renovação democrática dos órgãos da Associação Sindical dos Juizes Portugueses que, como aconteceu noutros momentos de mudança, deparou com alguma resistência aparentemente motivada pela incapacidade de reconhecimento que ela era absolutamente essencial à manutenção de uma efectiva ligação dos Juizes portugueses à sua associação.

Mas urge operar uma mudança muito mais vasta no seio da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, pois não podemos quedar-nos no processo de modernização da Associação, pela renovação dos seus órgãos nem pela substituição dos membros que os integram.

Já não basta agora a postura serena e esforçada dos colegas que integraram as anteriores Direcções Nacionais no âmbito de algumas conjunturas particularmente difíceis é certo mas que, em verdade, não conseguiu travar a degradação do nosso estatuto sócio profissional nem estabelecer com os cidadãos uma comunicação eficaz e esclarecedora das nossas razões.

A todos os Juizes portugueses se impõe hoje como realidade incontornável a necessidade de operar uma mudança mais profunda na Associação Sindical dos Juizes Portugueses e no seu

modo de actuação concreta.

É essa a nossa proposta.

2. Trata-se agora de não adiar, mais uma vez, o nosso futuro colectivo.

Trata-se de dar um outro rumo à Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Este é o tempo do debate das ideias que temos para uma Associação Sindical dos Juizes Portugueses que queremos diferente.

Diferente na sua capacidade de mobilizar os Juizes portugueses para enfrentar os tempos difíceis que se aproximam.

A todos os Juizes portugueses se impõe hoje como realidade incontornável a necessidade de operar uma mudança mais profunda na Associação Sindical dos Juizes Portugueses e no seu modo de actuação concreta.

Diferente na defesa da efectiva independência do órgão de soberania que são os Tribunais, de que somos titulares, e da sua dignificação como elemento fundamental do Estado de direito democrático.

Diferente também na reivindicação de melhores condições de trabalho, em todas as instâncias, que nos permitam proporcionar aos cidadãos a Justiça de qualidade a que têm direito.

Diferente na afirmação pública e inequívoca das razões que nos assistem no confronto com um poder político apostado em desacreditar o poder judicial e em pôr em causa a sua legitimidade, esquecendo que ela está expressa na Constituição da República Portuguesa e é cimentada no dia a dia dos Tribunais.

3. Para protagonizar uma Associação



diferente há que adoptar, desde logo, uma estratégia de aproximação aos Juizes portugueses, dinamizando as direcções regionais, tornando a Associação e o seu trabalho presente aos Juizes de todas as instâncias e auscultando e dando resposta às suas preocupações;

Mas também uma estratégia que passe pela consagração do Conselho Superior da Magistratura como órgão central na definição das políticas de administração da Justiça e da reforma do sistema de Justiça, pugnando para que seja dotado de meios técnicos, humanos e financeiros que lhe permitam desempenhar essa função.

E que passe também pelo remover de todos os obstáculos à efectiva contigência de processos em todas as instâncias e à criação de condições de trabalho como pressuposto para que se possa exigir dos Juizes uma resposta adequada quanto à tempestividade e à qualidade das suas decisões;

Uma estratégia que inclua entre as prioridades de actuação a reivindicação da reformulação do actual sistema de formação inicial e permanente dos Juizes, com vista à introdução de soluções que optimizem a aquisição de conhecimentos específicos e bem assim as competências entretanto adquiridas;

Finalmente, uma estratégia de intervenção activa na elaboração de diplomas fundamentais concernentes à actividade dos Tribunais e ao funcionamento do sistema de Justiça, numa perspectiva global e programada da reforma, sejam tais diplomas de natureza processual, organizativa ou substantiva, desde que sejam susceptíveis de interferir com o acesso à Justiça e aos Tribunais.

4. Mas os novos rumos e as estratégias para os manter ficarão comprometidos se não houver da parte da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e de todos nós uma mudança clara de atitude.

Apostamos, por isso, na valorização pessoal e profissional dos Juizes proporcionando-lhes condições para poderem, em termos pessoais e profissionais, merecer o respeito e a confiança dos demais cidadãos.

Apostamos na melhoria da qualidade da informação sobre os assuntos da Justiça, estabelecendo as bases de um relacionamento criterioso e profícuo com os órgãos de comunicação social.

Neste contexto da mudança de atitude merece particular realce a adopção, que propomos, de um documento de “Compromisso dos Juizes e do Estado para com os Cidadãos Carta de Qualidade”, no que representa de definição colectiva clara dos deveres dos Juizes para com a sociedade e das condições mínimas de dignidade social e profissional e de independência que têm que ser garantidas aos Juizes portugueses para que deles se possa exigir uma Justiça pautada por padrões de qualidade.

Mas sobretudo apostamos no nosso empenhamento e no empenhamento de todos os Juizes para o conseguir.

Apostamos, por isso, na valorização pessoal e profissional dos Juizes proporcionando-lhes condições para poderem, em termos pessoais e profissionais, merecer o respeito e a confiança dos demais cidadãos.

5. O programa eleitoral da Lista que aceitei integrar, sob o lema geral “Rumo, Estratégia e Atitude” contém o nosso compromisso colectivo com estas e com outras ideias e medidas que neste breve apontamento não cabem: a criação de um “Gabinete para a Implementação da Contingentação Processual” a adoptar progressivamente a partir de Setembro

de 2007, de um “Gabinete de Estudos e Observatório dos Tribunais” que possibilite à ASJP estar na primeira linha das propostas de solução dos problemas concretos, de um “Gabinete de Comunicação e Imagem” e de um “Gabinete de Apoio ao Juiz” são apenas algumas das medidas práticas capazes de possibilitar a mudança que se impõe.

Umas e outras são as minhas razões para mudar. Numas e noutras o sentido da mudança que queremos.

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses não pode continuar a viver ao sabor do acaso, ao ritmo das marés de processos mais ou menos mediáticos ou dos ventos da agenda política.

Por isso, e porque entendo que a Associação Sindical dos Juizes Portugueses carece urgentemente de tomar outro rumo, de adoptar outra estratégia e de assumir outra atitude, aceitei participar activamente neste projecto de mudança.

Cada um de nós decidirá, assumindo as suas responsabilidades com o futuro que nos espera.

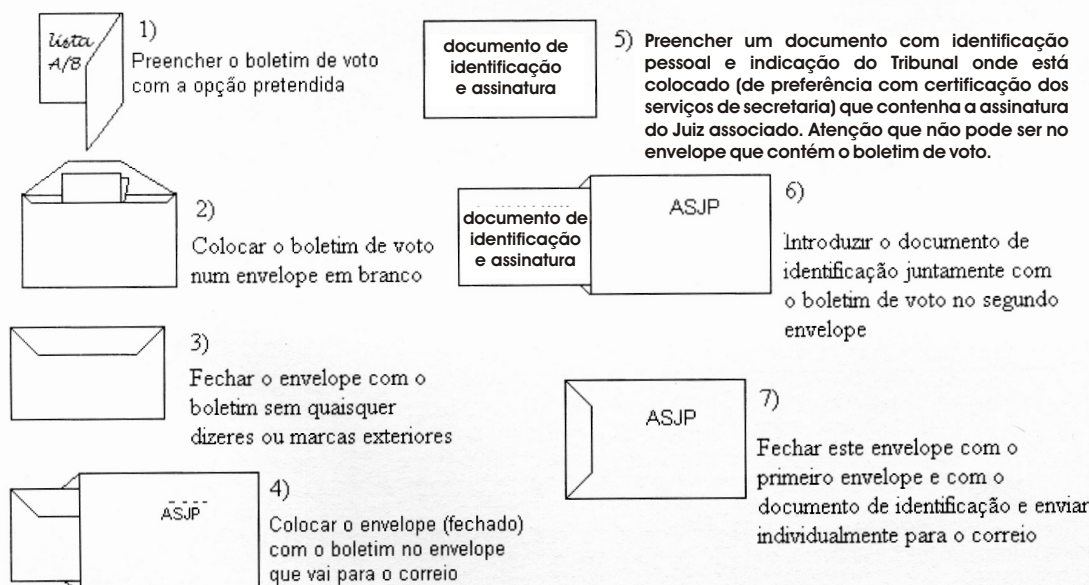
MANUEL JOSÉ AGUIAR PEREIRA

Juiz Desembargador

Cabeça de Lista ao Conselho Geral

Lista Nacional

COMO VOTAR



FALAR OU NÃO FALAR CALAR OU NÃO CALAR

“Assola o país uma pulsão coloquial que põe toda a gente em estado frenético de tagarelice, numa multiplicação ansiosa de duos, trios, ensembles, coros. Desde os píncaros de Castro Laboreiro ao Ilhéu de Moçambique fervem rumores, conversas vozeios, brados que abafam e escamoteiam a paciência de alguns, os vagares de muitos e o bom senso de todos. O falatório é causa de inúmeros despautérios, frouxas produtividades e más-criações.

Fala-se, fala-se, fala-se, em todos os sotaques, em todos os tons e decibéis, em todos os azimutes. O país fala, fala, desunha-se a falar, e pouco do que diz tem o menor interesse. O país não tem nada a dizer, a ensinar, a comunicar. O país quer é aturdir-se. E a tagarelice é o meio de aturdimiento mais à mão.

Falam os médicos, os notários, os empreiteiros, os varredores, os motoristas, os professores e toda a lista de profissões da estatística e não há corporação que fique de fora neste zunzunar do paleio, vendedores de automóveis, mediadores de seguros, sapateiros que passam a vida a cantar, empregados de mesa, agentes da autoridade, doentes dos hospitais, operadores imobiliários, empregados forenses, e também engenheiros, sem-abrigo, vagabundos, telefonistas, padeiros, patinadores, engraxadores e vândalos. Imigrantes providos de países sombrios aprendem aqui a soltar as línguas, aderem ao ofício de dar à taramela, por isto e por aquilo, por tudo e por nada. Passam-se dias, meses, anos, remoem as depressões, adejam os perigos e o país a falajar, falajar, falajar” (*Mário de Carvalho, Fantasia Para Dois Coronéis e Uma Piscina, Caminho, 2ª edição, 2004, págs. 11 e 12*).

Caricaturalmente esta é a situação que vivemos em Portugal, mas, e os juízes, como enquadrá-los neste contexto.

À tendência natural e tradicional de não falar, junta-se - todavia - uma muitas vezes confessada insatisfação por, por um lado, surgirem poucas vozes a dizer o que os juízes pensam, e por outro, as que surgem, nem sempre lograrem transmitir

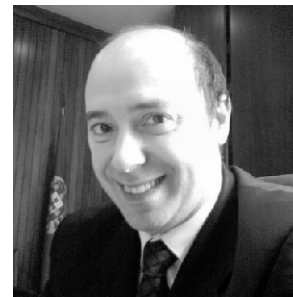
ideias e mensagens interessantes para os cidadãos (e que contribuam para a sua confiança e respeito pela autoridade do poder judicial), sendo certo que, pela experiência por si vivida, está nas suas mãos a possibilidade de dar inestimáveis contributos para o aperfeiçoamento e melhoria do sistema (porque a condução e a decisão final dos processos passa por si, e, portanto, têm a noção global e concreta das consequências da aplicação da Lei): “Ninguém garante, até pode acontecer o contrário, que os magistrados tenham as ideias mais correctas sobre o que “devem” ser as leis. Podem até e, naturalmente, sofrer “erros de paralaxe”, por estarem “demasiado” mergulhados na realidade judiciária. Mas é importante ouvir o seu contributo. Fortalece a democracia em vez de a “anestesiá-la” - *Francisco Teixeira da Mota, A palavra dos magistrados, in Escrever Direito, Público, 23/05/1993*).

Mas a solução não me parece que deva ser o silêncio.

À tendência natural e tradicional de não falar, junta-se - todavia - uma muitas vezes confessada insatisfação por, por um lado, surgirem poucas vozes a dizer o que os juízes pensam, e por outro, as que surgem, nem sempre lograrem transmitir ideias e mensagens interessantes para os cidadãos

Não me parece que seja correcto desencorajar pessoas a falar, ou a participar no debate público de questões relevantes, bem pelo contrário (o essencial é que haja algo de útil e consistente para dizer, uma mensagem para transmitir).

E as intervenções dos juízes não têm também de surgir apenas no âmbito



duma Associação Sindical (a que existe ou outra, porque também era tempo de acabar com esse tabu). Não devem ficar-se por aí, isto apesar da enorme capacidade de intervenção no exterior que daí resulta (capital este que tem sido desaproveitado e mesmo por vezes malbaratado, sendo certo que mais uma vez volta a ser possível, dar a oportunidade a quem pode fazer diferente, para melhor). E é para o exterior que os focos devem estar virados: não para dentro, para os juízes - porque isso acaba por enfraquecê-los - mas para fora, para os cidadãos, porque eles podem ser os nossos melhores aliados (desde logo por serem os principais beneficiários de actividade jurisdicional desenvolvida com condições e com meios adequados).

E as intervenções dos juízes não têm também de surgir apenas no âmbito duma Associação Sindical (a que existe ou outra, porque também era tempo de acabar com esse tabu).

Os juízes não podem estar confinados numa redoma que não só não os protege como não os defende, têm é de aparecer (enquadrados ou não), mas com discursos consistentes, credíveis e respeitados (pondo de lado as pequenas vaidades pessoais dos que querem aparecer e dos que querem evitar que outros apareçam (...)).

O que se deve pretender é a existência de juízes que não sejam amorfos, **funcionarizados** e cinzentos (mas a intensidade cromática do verde eléctrico fluorescente, também é de evitar), que sejam conscienciosos, responsáveis, ponderados e sensatos, sem deixarem de ser **trabalhadores**, empenhados,

interessados e preocupados, não só na resolução dos litígios que lhes cabe resolver, mas também na melhoria e aperfeiçoamento do sistema em que se inserem.

O que se deve pretender é a existência de juízes que não sejam amorfos, **funcionarizados** e cinzentos (mas a intensidade cromática do verde eléctrico fluorescente, também é de evitar), **que sejam conscienciosos, responsáveis, ponderados e sensatos, sem deixarem de ser trabalhadores, empenhados, interessados e preocupados, não só na resolução dos litígios que lhes cabe resolver, mas também na melhoria e aperfeiçoamento do sistema em que se inserem.**

No panorama comunicacional em que nos movemos e ao qual não podemos escapar (porque existe no mundo real), estamos em pleno processo de recíproca aprendizagem e compreensão dos mecanismos de funcionamento do mundo judicial e do mundo da comunicação, necessário é que se tenha a consciência de que os juízes sendo cidadãos como quaisquer outros, têm responsabilidades especiais (com convicções, com opiniões, sobre o Direito, sobre a Política, sobre Desporto, sobre a sociedade). E elas têm de ser assumidas: sendo conhecida a sua actividade, um juiz que fale fora do exercício das suas funções, dificilmente pode dizer-se que fala apenas o cidadão, pois mesmo que a intervenção seja a título pessoal, sendo conhecida a profissão, a actividade do opinante, a sua exposição passa a ser diferente, pois não só está a usar o meio de comunicação, passa também a ser usado por ele ("O

circo mediático que nos cerca, nos seca, atingiu o pico do *voyeurismo*. [...] Excitar é a nova função que se exige (depois da de produzir e de consumir) ao ser humano para ser ficcionado - maneira de ganhar existência nos nossos delirantes, coleantes imaginários" - *Fernando Dacosta*, *A volúpia*, Visão, 13 de Fevereiro de 2003, pag. 130).

Dizia *António Gala* que um "toureiro não representa o conjunto dos toureiros, (...) como um escritor não representa a literatura; mas um juiz, sim, representa o poder judicial" (citado por *Alberto Sousa Lamy*, *Advogados e Juízes na Literatura e na Sabedoria Popular*, Volume 2, *Ordem dos Advogados*, 2001, pag. 170), isto, talvez "porque, inconscientemente, a sociedade pense que a *justiça* constitui um mundo à parte, de que os *juízes* são ao mesmo tempo a figura visível e a expressão mágica que assume em nosso nome a responsabilidade de julgar. Tudo se passa para a imensa maioria como se só houvesse *justiça* porque há *juízes*" (*Eduardo Lourenço*, *O Tempo da Justiça*, in *O Explendor do Caos*, Gradiva, 3ª edição, 1999, pag. 84).

E as intervenções dos juízes não têm também de surgir apenas no âmbito duma Associação Sindical (a que existe ou outra, porque também era tempo de acabar com esse tabu).

De facto, não "se trata de separar o juiz da sociedade na que deve estar integrado, mas sim de reconhecer que o cidadão comum entende qualquer opinião do cidadão juiz, como própria deste e não daquele(...) O cidadão juiz tem limitada a sua liberdade de expressão e de comunicação em vista da consecução do interesse geral que supõe a obtenção do respeito do cidadão e a crença deste na imparcialidade e recto proceder do juiz na aplicação das leis" (*Santiago Martínez-Vares Garcia*, *Estatuto*

Judicial y Límites a la Libertad de Expresión e Opinión de los Jueces, Revista del Poder Judicial, Número Especial XVII, Justicia, Información y Opinión Pública, 1º Encuentro Jueces-Periodistas, Noviembre 1999, pag. 378).

Importa procurar o ponto de equilíbrio entre as necessidades do mundo da comunicação e as do mundo judicial e ele só será logrado quando for possível encarar com alguma normalidade a presença de um juiz a falar dos problemas da justiça num órgão de comunicação social e quando o seu discurso se mantenha dentro de um determinado paradigma de prudência, serenidade, racionalidade, equilíbrio e contenção.

Importa procurar o ponto de equilíbrio entre as necessidades do mundo da comunicação e as do mundo judicial e ele só será logrado quando for possível encarar com alguma normalidade a presença de um juiz a falar dos problemas da justiça num órgão de comunicação social

Convém, em todo o caso relembrar e nunca esquecer, no que respeita a intervenções ou opiniões sobre concretos processos, os juízes apenas o podem fazer no condicionalismo restritivo do art. 12º, do EMJ (nº 1 "Os magistrados judiciais não podem fazer declarações ou comentários sobre processos, salvo, quando autorizadas pelo Conselho Superior da Magistratura, para defesa da honra ou para a realização de outro interesse legítimo"; nº 2 "Não são abrangidas pelo dever de reserva as informações que, em matéria não coberta pelo segredo de justiça ou pelo sigilo profissional, visem a realização de direitos ou interesses legítimos, nomeadamente de acesso à informação").

Aí sim, são declarações desacon-

selháveis e a evitar: um juiz não discute na praça pública as decisões concretas de colegas seus e muito menos as suas (a perturbação e confusão que tal provoca nos cidadãos é, no mínimo, descredibilizadora e geradora de desconfiança: “A justiça repousa não só na racionalidade do sistema e no formalismo das leis, mas também em algo de mais difuso e menos objectivo: a confiança” - António Barreto, na obra colectiva “Interrogações à Justiça”, Tenacitas, 2003, pág. 21).

Não “é realista imaginar que só a racionalidade rege as condutas em sociedade. Mas já é mais possível, pela contenção e pelo recato dos juizes, por um lado, mas também, por outro, dos acusadores e dos defensores, assim como dos políticos e dos funcionários judiciais e até dos professores universitários, que as emoções não tenham como fonte e autor justamente os que, profissional ou funcionalmente, deveriam zelar pela frieza e pela insensibilidade do processo judicial. Sempre houve emoções com a justiça, sempre e cada vez mais as haverá (...). Mas tudo deve ser feito para que os protagonistas e profissionais da justiça delas se abstenham, ao menos em público: tanto quanto moral, é uma exigência profissional. Que gera a confiança da população” (António Barreto, ob. loc. cit.).

Falar em abstracto sobre as questões poderá ser uma defesa, mas nem sempre é possível, ou nem sempre funcionará, quer pela voracidade dos media, quer porque o tema em abstracto poderá ser induzido com alguma facilidade a fazer-se corresponder à situação concreta que está em causa num qualquer processo mediatizado: nesta circunstância não falar pode mesmo ser a melhor opção, a não ser que se tenha a arte de lograr evitar as dificuldades assinaladas.

Relevante em todos os casos é a necessidade de se ter a consciência de que não se pode falar na televisão ou dizer nos órgãos de comunicação social, o mesmo que se fala ou diz em casa com e para os amigos, ou numa mesa de café com colegas: as exigências são distintas, o público é diferente, o grau de perigosidade é incomparável. O que num lado é encarável como um simples exercício de

crítica, ou um inconsistente desabafo (ou mesmo um *saudável* maldizer), no outro, passa a ser notícia e tratado como tal: quando se fala para um órgão de comunicação social (mormente para a televisão, pelo seu impacto) é preciso ter cuidado com o que se diz e como se diz, é essencial o rigor na escolha das palavras (e um juiz tem de ter consciência que tudo o que vai dizer será escrutinado ao pormenor).

A intervenção pública de um juiz passa, assim, por três palavras, reserva, prudência e equilíbrio.

Passa ainda pela gestão do seu discurso, bem preparado, cauteloso, moderado.

Passa pelo evitar a precipitação do discurso irreflectido e/ou incendiário, ou do aumento da emotividade da situação.

Passa pelo auto-domínio, pela objectivação, pela racionalização, pela contribuição para uma opinião pública esclarecida.

E há duas linhas que um juiz não pode nunca ultrapassar na sua intervenção pública: a da serenidade (indissociável da ponderação) e a da educação.

quando aceita ser notícia ou cede à tentação de fazer a defesa pública da sua imagem, o juiz corre, inevitavelmente, o risco de se deixar enredar em laços que, aos olhos do público, lhe roubam a independência.

Um juiz alterado pela emoção, ou pela irritação, um juiz deselegante, incorrecto, descontrolado, disparatado, agressivo, desequilibrado, corresponde a uma machadada fatal na imagem que se pretende que a sociedade tenha da sua Justiça e dos seus Juizes: o caminho não pode ser nunca esse, pois, a seguir-se, mais cedo ou mais tarde, acaba por fazer-nos naufragar a todos (aos que o percorrem e aos que o vêem e com ele se preocupam).

A “justiça é discreta e não clamorosa”

(Eduardo Lourenço, O Tempo da Justiça, in O Explendor do Caos, Gradiva, 3ª edição, 1999, pág. 86) e os juizes, como a sua face mais visível e exposta, também o devem ser, pese embora “a tentação mediática” constitua “um perigo real para a independência do juiz: é que, quando aceita ser notícia ou cede à tentação de fazer a defesa pública da sua imagem, o juiz corre, inevitavelmente, o risco de se deixar enredar em laços que, aos olhos do público, lhe roubam a independência.

E roubam-lha, porque o cidadão só acredita na independência do juiz quando este se lhe apresenta como alguém que, sem nunca perder a *serenidade*, se atém apenas aos factos, mantendo-se sempre *indiferente* ao que se diga ou possa dizer-se do caso que tem de julgar” (“O juiz deve ser um sujeito que goze de credibilidade social, dadas as características da sua função. O exercício da sua liberdade de expressão não deve desvalorizar o próprio crédito de quem a exerce nem dos outros órgãos jurisdicionais” - José Gabaldón López, Estatuto Judicial y Límites a la Libertad de Expresión e Opinión de los Jueces, in Revista del Poder Judicial, Número Especial XVII, Justicia, Información y Opinión Pública, 1º Encuentro Jueces-Periodistas, Noviembre 1999, págs. 424-425).

De resto, tudo (ou quase) pode ser dito, mas tem de se saber e ter os devidos cuidados com o que se diz e o como se diz, tendo presente que, desejavelmente, a intervenção pública de um Juiz deve sempre ser pautada por preocupações pedagógicas, sendo necessário que, quando se intervém se tenha a consciência das responsabilidades inerentes à função.

Na prática são regras de bom senso.

Por isso, o Juiz não deve ter medo de intervir, individualmente ou em colectivo.

Não deve calar, deve contribuir para o debate, deve ser pro-activo, procurando ser parte das soluções e não ser ele a criar os problemas.

Não é fácil esta gestão. Mas é possível. Mais, é desejável.

EDGAR TABORDA LOPES

Juiz de Direito

DÊEM-NOS A MÃO!

Oriundo do XXII Curso Normal de Formação e tendo tomado posse como Juiz de Direito em fase de estágio em Setembro último, colocar-se-me-á a breve trecho, tal como certamente a todos os colegas daquele curso, o problema da escolha da(s) comarca(s) pretendida(s) para efeitos de colocação em primeira nomeação.

Ora, pretendendo-se que tal escolha seja suficientemente esclarecida e ponderada, eis que surgem os primeiros focos de incerteza e preocupação baseados na total ausência de um acervo informativo por mínimo que seja - a que possa recorrer-se para esse efeito.

E tal como eu, muitos dos colegas do XXII Curso (creio que posso falar por grande parte deles) sentem de forma especial esse «abandono», pelo que estamos ávidos de encontrar quem nos dê a mão, sendo certo que, vindo essa ajuda da A.S.J.P., ela funcionará ainda como forma de cativar novos membros para o seio da associação

É neste contexto que, em meu entender, e designadamente para quem se encontra em início de carreira, assume primordial importância a proposta de criação de um Gabinete de Apoio ao Juiz, inscrita a traço grosso no programa com que a lista encabeçada pelo Desembargador António Francisco Martins

Por outro lado, sem prejuízo da justa pretensão de igual abrangência dos lugares de acesso final, o Gabinete assumir-se-á simultaneamente como um pólo ininterrupto de apoio ao nível das questões burocráticas e logísticas que enquadram ou condicionam o exercício das funções dos juizes em início de carreira, visando contribuir para uma melhor integração dos novos magistrados e para a melhoria do sistema de justiça.

Assume primordial importância a proposta de criação de um Gabinete de Apoio ao Juiz, inscrita a traço grosso no programa com que a lista encabeçada pelo Desembargador António Francisco Martins

Por outro lado, sem prejuízo da justa pretensão de igual abrangência dos lugares de acesso final, o Gabinete assumir-se-á simultaneamente como um pólo ininterrupto de apoio ao nível das questões burocráticas e logísticas que enquadram ou condicionam o exercício das funções dos juizes em início de carreira, visando contribuir para uma melhor integração dos novos magistrados e para a melhoria do sistema de justiça.

É esta, estou certo, a fórmula correcta de colmatar uma lacuna há muito sentida e que, de resto, começa prematuramente a sentir-se no Centro de Estudos Judiciários (C.E.J.), aquando da escolha das comarcas para realização do 2.º ciclo de actividades e, posteriormente, para colocação em fase de estágio.

Aliás, era desde logo da parte da Instituição C.E.J. que esperava creio que acompanhado pela maioria dos colegas um maior impulso no que tange à integração dos magistrados ali acabados de formar, os quais, já depois da primeira nomeação, acabam por ficar dependentes da disponibilidade e do

espírito de missão de docentes e juizes formadores que, esses sim faça-se essa justiça! -, continuam a dar-nos a mão, mesmo quando sobrecarregados com a formação de novos auditores de justiça e juizes estagiários.

E ainda que, contra tal sentimento, se argumente com a primordial importância das acções de formação permanente essa sim preocupação enquadrável nas atribuições do C.E.J. -, o certo é que o fomento das mesmas, sendo imprescindível, se afigura insuficiente para o permanente esclarecimento das dúvidas do dia-a-dia, sejam elas jurídicas, logísticas ou burocráticas.

É que ao juiz em início de carreira exige-se, não apenas o apetrechamento técnico-jurídico necessário ao desempenho das funções jurisdicionais que lhe são confiadas, mas também o indispensável apoio em tarefas eminentemente administrativas que terá de desempenhar, como seja, desde logo, o exercício da presidência do tribunal (que preparação nos é dada para isso?), com todas as complexas e delicadas competências inerentes à mesma.

O mesmo se diga, *mutatis mutandis*, do Conselho Superior da Magistratura, ao qual, de acordo com o que me venho apercebendo, não se podem cantar loas no que às referidas preocupações concerne, até porque cumpre

E ainda que, contra tal sentimento, se argumente com a primordial importância das acções de formação permanente essa sim preocupação enquadrável nas atribuições do C.E.J.

reconhecê-lo - o mesmo se defronta com



indisponibilidade de meios e com atribuições de carácter institucional que absorvem os poucos meios de que dispõe, não dando porventura espaço a essas novas preocupações que aqui se reclamam.

Tais preocupações estão, de resto, igualmente ausentes por completo da actual direcção da A.S.J.P.

Com efeito, ante os difíceis desafios com que a nossa profissão se debate e consciente da relevância que, perante os mesmos, a sindicalização assume nos dias que correm, aderi à A.S.J.P. no próprio dia em que tomei posse como Juiz de Direito, nada tendo no entanto recebido de incentivo a essa atitude ou de especial

dedicação e acompanhamento por parte da associação neste início de carreira.

E tal como eu, muitos dos colegas do XXII Curso (creio que posso falar por grande parte deles) sentem de forma especial esse «abandono», pelo que estamos ávidos de encontrar quem nos dê a mão, sendo certo que, vindo essa ajuda da A.S.J.P., ela funcionará ainda como forma de cativar novos membros para o seio da associação, com o que isso significa, para além do mais, em termos de engrandecimento das perspectivas de trabalho, de colaboração e da congregação de vozes na prossecução de objectivos comuns.

Sentir na referida lista candidata à A.S.J.P. preocupação por aquelas e outras relevantes questões que inelutavelmente se colocarão em breve aos juizes oriundos do XXII Curso Normal de Formação, faz com que, por um lado, todos nos possamos rever nos propósitos com que a aquela lista se apresenta a eleições e, por outro, com que se abra um capital de esperança para um futuro que começa... hoje!

João Ricardo Carreira
(Juiz de Direito em fase de estágio
no Tribunal Judicial da Comarca da Moita)
Candidato a Vogal Suplente da Lista da
Direcção Nacional

L I S T A

Conselho Geral - Lista Nacional

- 1º - Manuel José Aguiar Pereira (*Relação de Lisboa e Centro de Estudos Judiciários*)
- 2º - Carlos Luís Medeiros Carvalho (*Tribunal Central Administrativo do Porto*)
- 3º - M^a. Fátima Mata Mouros Aragão Soares Homem (*6^a. Vara Criminal de Lisboa*)
- 4º - António Júlio Costa Sobrinho (*Vara Mista de Braga*)
- 5º - Cristina Luísa Pinheiro Xavier da Fonseca (*Círculo Judicial de Viana do Castelo*)
- 6º - Artur José Carvalho de Almeida Cordeiro (*1^a Vara Mista de Loures*)
- 7º - Adelina da Conceição Cardoso Barradas de Oliveira (*1^a Vara Mista de Loures*)
- 8º - Gonçalo David da Fonseca Oliveira Magalhães (*3º Juízo da Comarca de Paços de Ferreira*)
- 9º - Maria da Conceição Alves Gonçalves (*Círculo Judicial de Barreiro*)
- 10º - Luís Fernando Machado Pires (*Círculos Judicial de Vila Real*)
- 11º - Micaela Marisa da Silva Sousa (*Tribunal de Trabalho do Funchal*)
- 12º - Ana Carina Travassos Garcia Bastos (*2º Juízo Criminal do Porto*)
- 13º - Artur Manuel da Silva Oliveira (*Círculo Judicial de Figueira da Foz*)

Suplentes

- 1º - João Manuel Araújo Ramos Lopes (*Vara Mista de Braga*)
- 2º - Artur Dionísio do Vale dos Santos Oliveira (*4º Juízo Cível de Barcelos*)
- 3º - Ana Cristina Salvador Guerreiro da Silva (*1^a Vara Cível de Lisboa*)
- 4º - João Carlos Crespo Felgar (*1º Juízo de Execução de Lisboa*)
- 5º - Nelson Manuel dos Reis Salvadorinho (*Bolsa de Juizes do Distrito Judicial do Porto*)

Mandatários

- Manuel Cardoso Miguês Garcia (*Relação de Guimarães*)
- Raul Eduardo Nunes Esteves (*1^a Vara Criminal de Lisboa*)

Representante na Comissão Eleitoral

- José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho (*2º Juízo do Tribunal Judicial de Portalegre*)

RUMO

ESTRATÉGIA

ATITUDE

RUMOS DE MUDANÇA

Vivemos numa época particularmente conturbada na área da justiça, propícia ao desferir de sucessivos ataques à independência do poder judicial. O que significa, e porque são os Juízes os garantes dessa independência, que são eles os alvos preferenciais e apetecíveis desses repetidas e criteriosas afrontas que vão recrudesendo.

Para propiciar tais atitudes, procura instilar-se de uma forma insidiosa junto da opinião pública que são os Juízes os responsáveis da denominada “crise da justiça”. Assim, são os Juízes que suposta e alegadamente trabalham pouco, adiam, atrasam os processos e proferem decisões excessivamente fundamentadas/sem fundamento, eruditas/primárias, curtas/longas, brandas/severas e por aí adiante, sempre numa visão negativa da sua actuação. Assim, minados os alicerces, procura-se ainda desacreditar a Magistratura Judicial, acusando-a do gozo de privilégios injustificáveis, tais como férias, subsídios e assistência médico-social.

É evidente que todos nós Juízes, bem como todos os demais cidadãos esclarecidos, sabemos do infundado e da ignomínia que constituem tais propaladas opiniões.

Sucedem que num país onde a taxa de (i)literacia é a que se sabe e em que o mérito é repudiado e fonte de inveja, a verdade é essas mesmas opiniões se sedimentam, também pela repetição, como sendo verdades incontornáveis e absolutas.

Neste contexto, com a progressiva degradação da imagem dos Juízes, mais fácil se torna de alcançar o escopo de deslegitimação e subversão do poder judicial para o que têm sido dados passos

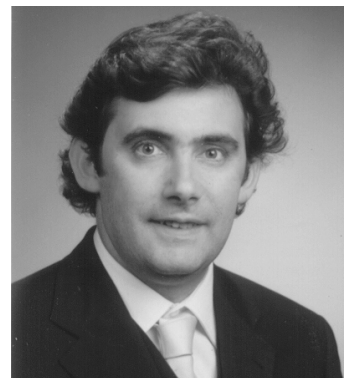
seguros.

A falta de condições de trabalho, de assessorias, de leis tecnicamente bem concebidas e duradouras, da participação

são os Juízes os responsáveis da denominada “crise da justiça”. Assim, são os Juízes que suposta e alegadamente trabalham pouco, adiam, atrasam os processos e proferem decisões excessivamente fundamentadas / sem fundamento, eruditas / primárias, curtas/longas, brandas/severas e por aí adiante, sempre numa visão negativa da sua actuação.

efectiva de Juízes na elaboração desses diplomas que lhes dizem respeito, da não implementação dum modelo de contingentação, do trabalho à noite ao fim-de-semana, nas férias (que não judiciais), tudo é ignorado, temporizado, relativizado, se não mesmo negado.

Neste clima de, chamemos-lhe assim, realidade virtual ou invertida, fácil foi, hipocritamente, adejar a bandeira das férias judiciais como o primeiro de muitos combates a travar para a realização do putativo interesse público e contra os ditos interesses corporativos instalados. Nesse decorrer, fruto da ignorância e má-fé do poder político, aprovou-se mais uma lei absurda, confusa e contraditória, como outras absolutamente injustificadas mesmo de uma canhestra perspectiva económica como a extinção para os Magistrados dos serviços médicos sociais do ministério da justiça, sem que jamais houvesse o propósito de dotar os Juízes das condições para o cabal desempenho



das suas funções como órgão de soberania que constituem.

Estão pois lançadas as bases para a contínua degradação do nosso estatuto sócio-profissional, tendo sempre em vista um poder judicial túbio, moldável pelo poder político, avizinhandose assim, com esse desiderato, a breve trecho a tentativa de instalar a “carreira plana”, com as instâncias superiores a serem preenchidas com juristas de “reconhecido mérito” - com algumas amostras decorativas de verdadeiros Juízes -, isto é por regra com a falta de mérito e qualidades para ser Juiz, hipotecando-se a qualidade e independência do poder judicial nas instâncias superiores.

Estão pois lançadas as bases para a contínua degradação do nosso estatuto sócio-profissional, tendo sempre em vista um poder judicial túbio, moldável pelo poder político, avizinhandose assim, com esse desiderato, a breve trecho a tentativa de instalar a “carreira plana”

Curiosamente, e previamente, surge veiculada abertamente uma proposta em que se pretende que se venham a julgar os deputados e ministros pelo Tribunal da Relação, ou melhor por aquele projectado Tribunal da Relação, que certamente faria a justiça que se pretenderia que fosse realizada pelos

mentores de tal projecto.

O desafio lançado ao poder judicial que quer manter o seu estatuto de independente não enquanto interesse próprio, mas como garantia da realização do estado de direito democrático, é deste modo enorme, sendo as próximas eleições para a ASJP de fundamental importância, pois os eleitos terão uma tarefa de notória responsabilidade.

É assim necessária uma ASJP renovada, forte, empenhada e que saiba e consiga transmitir as suas opiniões nos órgãos de comunicação social

Tal passará, antes de mais, por abolir a inércia actualmente existente e que após a recente greve se revelou de todo em todo insuportável, tornando frustrante a confiança que os Juízes depositaram naquela medida extrema, ou a que aderiram apenas para dar um sinal de

vitalidade e união da classe, atenta também a forma esforçada mas pouco conseguida como foi conduzido todo o processo.

É assim necessária uma ASJP renovada, forte, empenhada e que saiba e consiga transmitir as suas opiniões nos órgãos de comunicação social, através de um adequado gabinete de comunicação e imagem, com profissionais capazes e preparados para o efeito. Como necessário é projectar uma nova imagem real - da classe alijada do estigma do "sacerdócio", qual seja a de um poder não alheado socialmente, mas com deveres na mira de uma sociedade pacificada e mais justa e com correlativos direitos que o Estado deve assegurar. Terá de ser assim revelada uma Magistratura interventiva, ao arripio do passado, com uma postura de abertura para com a sociedade.

A conjuntura, repete-se, não é fácil, acredito, contudo, que é possível reabilitar e tornar adequado o nosso

estatuto sócio-profissional às funções por nós desempenhadas e reagir por forma a permitir a que o poder judicial possa continuar a ser independente em Portugal e a acolher cidadãos de verdadeiro mérito e competência para serem Juízes.

Por tudo, porque acredito nas ideias, mas sobretudo nas pessoas, aceitei o convite que me foi formulado para integrar a lista liderada pelo Dr. António Martins, por forma a que o associativismo judiciário possa ganhar um rumo bem definido, dentro de um plano de actuação gizado cuidadosamente, estratégia essa que impõe uma atitude ética de responsabilidade e de entrega que espero e desejo empreender no âmbito da ASJP.

Como sempre, com conhecimento e em consciência, vós, Juízes, decidireis.

LUÍS MIGUEL VAZ DA FONSECA MARTINS
Juiz de Direito
Candidato a Secretário
Regional do Norte pela Lista A

L I S T A

Direcção Regional Norte

Secretário Regional - Luís Miguel Vaz de Fonseca Martins (*Círculo Judicial de Santa Maria da Feira*)
Vogal - Paula Alexandra da Silva Cardoso (*5º Juízo Cível de Matosinhos*)
Vogal - M^a. dos Anjos Sousa Melo Nogueira (*2ª Vara Cível do Porto*)
Vogal Suplente - Madalena Augusta Parreiral Caldeira (*Tribunal de Família e Menores de Gaia*)
Vogal Suplente - Rita Fabiana de Figueiredo e Castro da Mota Soares (*1º Juízo do Tribunal de Marco de Canavezes*)

Conselho Geral - Lista Norte

1º - José Manuel Saporiti Machado da Cruz Bucho (*Círculo Judicial de Gondomar*)
2º - Narciso Magalhães Rodrigues (*Círculo Judicial de Paredes*)
3º - António Manuel Mendes Coelho (*Círculo Judicial de Santa Maria da Feira*)
4º - Ana Rute Alves da Costa Pereira (*3º Juízo da Comarca de Valongo*)

Suplentes

1º - Nuno Marcelo de Nóbrega dos Santos de Freitas Araújo (*1º Juízo da Comarca de Espinho*)
2º - Renata Linhares de Castro Machado de Oliveira (*2º Juízo Cível de Vila do Conde*)

RUMO

ESTRATÉGIA

ATITUDE

A DEPRESSÃO E (ALGUNS) CAMINHOS DE MUDANÇA

- debilidade da jurisdição, a crise e o papel da associação dos juízes

I- É patente que o sistema de justiça sofre, no seu todo, as consequências de uma operação de cerco, diabolização, menorização e deslegitimação com evidente relação com a prolongada novela político-judicial-mediática do processo “Casa Pia” e outros casos que envolveram políticos e poderosos.

Tudo indica, ao mesmo tempo, que existe uma turva estratégia de ruptura, com os modelos destruídos ao longo de trinta anos de democracia, que se alimenta com os climas da opinião política e da opinião pública inflamados nesse processo.

É uma estratégia de ruptura que se adivinha, mas que carece, para já, de rosto definido, de propostas claras, de fundamentação, de massa crítica para a sua operação. Afirmam-se por sinais, ameaças, insinuações, provocações, modeladas numa campanha de **agit-prop** contínua destinada a debilitar, desorientar, confundir enquanto parece não surgir a oportunidade de “entrar a matar”. Entretanto, vão sendo lançadas propostas, ao jeito de balões de ensaio, para a intromissão do poder político no judiciário como é o caso da “comissão para as escutas” ou a da “lei-quadro de política criminal”, assentes numa inimiga desconfiança sobre a idoneidade e credibilidade do sistema e, por isso, num caminho de acentuada politização da justiça.

Trata-se, por enquanto e no cenário mais contido, talvez só de um sentimento e não ainda de um verdadeiro pronunciamento.

Mas o prolongado arrastar desse *sentimento* gerou já uma deriva extremamente perigosa e que permite antecipar que talvez estejamos a atingir alguns *points of no return* na cultura judiciária e na solvência do sistema e do Estado Democrático.

O Governo, através dos órgãos institucionais próprios, não resguarda o respeito devido, no discurso e nos actos, às instituições e protagonistas da jurisdição. É autor de tiradas incendiárias e de grandes e pequenos actos de gestão

inconsequentes, hostis, sem nenhum esforço de explicação, justificação ou de concertação para o interior da organização. Não profere, ainda que apenas no plano das aparências de Estado, qualquer discurso de conforto para com o papel da jurisdição. Nega até qualquer diálogo plural com outras forças políticas de expressão parlamentar, desvalorizando o relevo para o Estado constitucional dos assuntos do poder judicial, como se de meras questões particulares da administração pública se tratassem.

É uma estratégia de ruptura que se adivinha, mas que carece, para já, de rosto definido, de propostas claras, de fundamentação, de massa crítica para a sua operação. Afirmam-se por sinais, ameaças, insinuações, provocações, modeladas numa campanha de **agit-prop** contínua destinada a debilitar, desorientar, confundir enquanto parece não surgir a oportunidade de “entrar a matar”. Entretanto, vão sendo lançadas propostas, ao jeito de balões de ensaio, para a intromissão do poder político no judiciário como é o caso da “comissão para as escutas” ou a da “lei-quadro de política criminal”, assentes numa inimiga desconfiança sobre a idoneidade e credibilidade do sistema e, por isso, num caminho de acentuada politização da justiça.



Entretanto, os juízes fervem de indignação. Sentem-se cada vez menos considerados como titulares de órgãos de soberania e cada vez mais como funcionários executores.

A jurisdição é, assim, debilitada por efeito da acção externa induzida pelo governo e debilita-se a si própria no caldeirão aceso da frustração e da desmotivação dos juízes.

Tudo isto é conhecido e, na minha opinião, de uma enorme gravidade. Esta debilidade conduz na via recta à cultura da jurisdição de baixo perfil e de escasso rendimento. A crise torna-se, só por isso, uma crise política (no quadro do modelo constitucional democrático) e uma crise operativa (na perspectiva dos resultados da organização).

A jurisdição é, assim, debilitada por efeito da acção externa induzida pelo governo e debilita-se a si própria no caldeirão aceso da frustração e da desmotivação dos juízes.

O que parece desejado externamente, por quem alimenta o clima de cerco, é o regresso (em pleno século XXI) ao modelo do juiz napoleónico, burocrata, dócil, mero executor (incapaz de ser “força de bloqueio”). E ao que parece conduzir o clima “reactivo” dos juízes é a um desempenho “sem levantar ondas”, das 9 às 5, sem afectos pela organização e pelos seus resultados. Este peculiar encontro prático de (des)-interesses é potencialmente explosivo para os interesses da aplicação material da Constituição e da separação de

poderes.

2- Que podem os juízes fazer colectivamente e o que têm feito?

Lamento dizê-lo, mas as perspectivas de trabalho da Associação dos Juízes no passado ajudaram a precipitar o reactivismo voluntarista instalado, tornando-o inteiramente inevitável. Um modelo desenvolvido de sindicato “tout court”, formatou o trabalho associativo de tal forma que o sucesso ou insucesso dos dirigentes passou a ser medido fundamentalmente pelos maiores ou menores ganhos salariais alcançados por cada direcção. Em consequência, a acção lateralizou as questões estratégicas da valorização da jurisdição e do papel do juiz, enfrentando-as apenas numa lógica reactiva e criticista, acentuada sobretudo quando questões relativas à independência externa da jurisdição pareciam estar em causa (sem que as questões da independência interna tenham merecido igual atenção).

Esse modelo imperfeito não corresponde hoje aos interesses da jurisdição, ao espírito fundador, nem ao sentimento dos juízes, associados ou não é sabido que quando se referem à ASJP com carinho, ou apenas com normalidade, a designam por “associação” e quando a querem diminuir a tratam por “sindicato”.

Esse modelo não ajuda a pensar o sistema, a conceber uma visão de curto, médio e longo prazo, a formular propostas consentâneas, a intervir com um argumentário sólido no aperfeiçoamento das instituições.

Decididamente, não ajuda a resolver e a prevenir disfunções da organização da jurisdição, sendo que é aqui que se encontram os maiores problemas que o juiz hoje enfrenta e que necessita de, colectivamente, pensar e resolver.

Que propostas concretas e detalhadas são conhecidas à Associação para racionalizar as cargas de serviço que cada juiz tem de suportar, para o aperfeiçoamento do mapa judiciário, para a gestão dos tribunais, para o sistema de recrutamento e formação dos juízes, para o Estatuto dos Juízes, para a consolidação

do órgão de governo da jurisdição (o CSM/CSTAF), com a relevância que deve ter? A verdade é que nenhuma. Não havendo propostas, não há discussão, não se constitui massa crítica, não se constrói uma visão colectiva.

E sem essa visão, sem um exercício de constante prospecção do futuro e do papel da jurisdição e do juiz, pouco se pode fazer para participar construtivamente no aperfeiçoamento da jurisdição, de forma responsável, serena e prestigiante. Em suma, não se ganha a autoridade colectiva que todos precisamos para que o sistema tenha o afecto e o comprometimento por parte de cada juiz.

A ausência de todo este “trabalho de casa” conduz ao reactivismo imediatista, sem a prudência e a credibilidade da sabedoria colectiva construída.

as perspectivas de trabalho da Associação dos Juízes no passado ajudaram a precipitar o reactivismo voluntarista instalado, tornando-o inteiramente inevitável. Um modelo desenvolvido de sindicato “tout court”, formatou o trabalho associativo de tal forma que o sucesso ou insucesso dos dirigentes passou a ser medido fundamentalmente pelos maiores ou menores ganhos salariais alcançados por cada direcção.

É evidente que, nesse caso, as coisas não podem ser diferentes do que são hoje. Não critico a actual direcção da ASJP pelo desempenho (dedicado, reconheço-o) que teve nesta crise de dimensões não vistas antes. Tirando um ou outro erro de palmatória, a sua actuação teve o seu quê de óbvio e inevitável. Mas critico o modelo de

trabalho, na sua dimensão exclusivamente sindical, e penso que tem de ser alterado de uma vez por todas.

Não é mais desejável o cenário de combate de trincheiras, inteiramente reactivo, sem objectivos estratégicos alargados, no qual cada acção repete uma acção anterior, sem que seja possível antever novos passos para evolução positiva do conflito instalado. Sobretudo quando se confronta um adversário mais interessado em rupturas do que em construir um sistema judicial eficaz, organizado e motivado. O caminho dos buracos é o caminho das toupeiras e os juízes não querem, seguramente, ser toupeiras.

3- Na minha opinião e da lista que integro para disputar a próxima eleição aos órgãos da ASJP, encabeçada por António Martins, a alteração do modelo de trabalho é necessária e passa pela concretização de algumas importantes ideias estratégicas que, particularmente, me aliciam e pelas quais pessoalmente me empenho e que quero aqui referir.

Concretizar um modelo de contingentação processual, com efectiva quantificação das cargas de trabalho adequadas para cada juiz, em função da sua especificidade na carreira e nos diferentes tribunais é, quanto a mim, a principal ideia estratégica, a jóia da coroa, o eixo central do trabalho que induzirá outras propostas. Permitirá estabelecer indicadores operativos para efeitos de gestão, da qualidade e da defesa profissional responsável, ajustando o volume de serviço do tribunal ou juízo à capacidade exigível ao juiz, e permitirá aferir, em qualquer caso, do grau de adequação da estrutura e orgânica judiciária. Permitirá ensaiar, de forma criativa, soluções inovadoras de ajustamento flexível na distribuição, nas medidas de apoio ao juiz, no tratamento da informação de gestão, na cadeia de governo da jurisdição e, com grande importância, na criação de ambientes de trabalho amigos e motivadores, essenciais para os alinhamentos subjectivos necessários ao sucesso da missão dos tribunais.

Para este trabalho é proposto um

Gabinete específico, uma unidade de missão, que contará com os melhores recursos, na medida em que é a prioridade.

Existe uma outra ideia estratégica, esta verdadeiramente estruturante de todo o trabalho e discurso da Associação no curto e médio prazo: o Livro Branco do Poder Judicial. A organização deste Livro visará, em primeiro lugar, condensar de forma séria, sistemática e integrada o diagnóstico de todos os congestionamentos organizativos, logísticos e de funcionamento do poder judicial e dos tribunais na perspectiva dos juízes. Em segundo lugar, inventariar um conjunto de soluções articuladas para a sua resolução que constituam as bases das propostas a apresentar à sociedade, ao CSM/CSTAF, à Assembleia da República, ao Governo. Será o pilar da investigação para construir e consolidar a visão que faz falta.

A responsabilidade deste trabalho será, segundo é proposto, de uma estrutura autónoma, sob a designação de Gabinete de Estudos e Observatório dos Tribunais. Esta estrutura da Associação dos Juízes envolverá uma vasta equipa que assegurará a produção de investigação, estudos, pareceres e propostas, ao mesmo tempo que ligará a sua actividade à realidade dos tribunais, gerindo-a de modo a que a informação recolhida daqueles, constantemente, possa ter os devidos reflexos na selecção dos temas a desenvolver.

Todo o trabalho produzido será objecto de cuidada divulgação, no âmbito da estrutura de comunicação da ASJP e da nova política editorial proposta.

Acrescentar toda esta dimensão de trabalho à Associação requer bem mais esforço do que aquele que, actualmente, é desenvolvido. Mas é essencial para progredir nos caminhos da mudança, ao mesmo tempo que permite congregar um número muito elevado de juízes nas equipas a organizar, independentemente das suas afinidades de grupo, aumentando a participação, elevando o nível do debate, forjando um novo papel para a Associação, de alcance provavelmente muito maior do que as actuais expec-

tativas podem antecipar.

É que, apesar de tudo, as coisas podem mudar...

Acredito, sinceramente, que os juízes querem a mudança. Essa vontade há-de permitir ganhá-la.

Tudo indica, ao mesmo tempo, que existe uma turva estratégia de ruptura, com os modelos construídos ao longo de trinta anos de democracia, que se alimenta com os climas da opinião política e da opinião pública inflamados nesse processo.

Que propostas concretas e detalhadas são conhecidas à Associação para racionalizar as cargas de serviço que cada juiz tem de suportar, para o aperfeiçoamento do mapa judiciário, para a gestão dos tribunais, para o sistema de recrutamento e formação dos juízes, para o Estatuto dos Juízes, para a consolidação do órgão de governo da jurisdição (o CSM/CSTAF), com a relevância que deve ter?

É uma estratégia de ruptura que se adivinha, mas que carece, para já, de rosto definido, de propostas claras, de fundamentação, de massa crítica para a sua operação. Afirmam-se por sinais, ameaças, insinuações, provocações, modeladas numa campanha de agit-prop contínua destinada a debilitar, desorientar, confundir enquanto parece não surgir a oportunidade de “entrar a matar”. Entretanto, vão sendo lançadas propostas, ao jeito de balões de ensaio, para a intromissão do poder político no judiciário como é o caso da “comissão para as escutas” ou a da “lei-quadro de política criminal”, assentes numa inimiga desconfiança sobre a idoneidade e credibilidade do sistema e, por isso, num

caminho de acentuada politização da justiça.

Trata-se, por enquanto e no cenário mais contido, talvez só de um sentimento e não ainda de um verdadeiro pronunciamento.

Mas o prolongado arrastar desse sentimento gerou já uma deriva extremamente perigosa e que permite antecipar que talvez estejamos a atingir alguns pontos of no return na cultura judiciária e na solvência do sistema e do Estado Democrático.

O Governo, através dos órgãos institucionais próprios, não resguarda o respeito devido, no discurso e nos actos, às instituições e protagonistas da jurisdição. É autor de tiradas incendiárias e de grandes e pequenos actos de gestão inconsequentes, hostis, sem nenhum esforço de explicação, justificação ou de concertação para o interior da organização. Não profere, ainda que apenas no plano das aparências de Estado, qualquer discurso de conforto para com o papel da jurisdição. Nega até qualquer diálogo plural com outras forças políticas de expressão parlamentar, desvalorizando o relevo para o Estado constitucional dos assuntos do poder judicial, como se de meras questões particulares da administração pública se tratasse.

Entretanto, os juízes fervem de indignação. Sentem-se cada vez menos considerados como titulares de órgãos de soberania e cada vez mais como funcionários executores.

A jurisdição é, assim, debilitada por efeito da acção externa induzida pelo governo e debilita-se a si própria no caldeirão aceso da frustração e da desmotivação dos juízes.

Tudo isto é conhecido e, na minha opinião, de uma enorme gravidade. Esta debilidade conduz na via recta à cultura da jurisdição de baixo perfil e de escasso rendimento. A crise torna-se, só por isso, uma crise política (no quadro do modelo constitucional democrático) e uma crise operativa (na perspectiva dos resultados da organização).

O que parece desejado externamente, por quem alimenta o clima de

cerco, é o regresso (em pleno século XXI) ao modelo do juiz napoleónico, burocrata, dócil, mero executor (incapaz de ser “força de bloqueio”). E ao que parece conduzir o clima “reactivo” dos juizes é a um desempenho “sem levantar ondas”, das 9 às 5, sem afectos pela organização e pelos seus resultados. Este peculiar encontro prático de (des)interesses é potencialmente explosivo para os interesses da aplicação material da Constituição e da separação de poderes.

2- Que podem os juizes fazer colectivamente e o que têm feito?

Lamento dizê-lo, mas as perspectivas de trabalho da Associação dos Juizes no passado ajudaram a precipitar o reactivismo voluntarista instalado, tornando-o inteiramente inevitável. Um modelo desenvolvido de sindicato “tout court”, formatou o trabalho associativo de tal forma que o sucesso ou insucesso dos dirigentes passou a ser medido fundamentalmente pelos maiores ou menores ganhos salariais alcançados por cada direcção. Em consequência, a acção lateralizou as questões estratégicas da valorização da jurisdição e do papel do juiz, enfrentando-as apenas numa lógica reactiva e criticista, acentuada sobretudo quando questões relativas à independência externa da jurisdição pareciam estar em causa (sem que as questões da independência interna tenham merecido igual atenção).

Esse modelo imperfeito não corresponde hoje aos interesses da jurisdição, ao espírito fundador, nem ao sentimento dos juizes, associados ou não é sabido que quando se referem à ASJP com carinho, ou apenas com normalidade, a designam por “associação” e quando a querem diminuir a tratam por “sindicato”.

Esse modelo não ajuda a pensar o sistema, a conceber uma visão de curto, médio e longo prazo, a formular propostas consentâneas, a intervir com um argumentário sólido no aperfeiçoamento das instituições.

Decididamente, não ajuda a resolver e a prevenir disfunções da organização da jurisdição, sendo que é aqui que se

encontram os maiores problemas que o juiz hoje enfrenta e que necessita de, colectivamente, pensar e resolver.

Que propostas concretas e detalhadas são conhecidas à Associação para racionalizar as cargas de serviço que cada juiz tem de suportar, para o aperfeiçoamento do mapa judiciário, para a gestão dos tribunais, para o sistema de recrutamento e formação dos juizes, para o Estatuto dos Juizes, para a consolidação do órgão de governo da jurisdição (o CSM/CSTAF), com a relevância que deve ter? A verdade é que nenhuma. Não havendo propostas, não há discussão, não se constitui massa crítica, não se constrói uma visão colectiva.

Concretizar um modelo de contingentação processual, com efectiva quantificação das cargas de trabalho adequadas para cada juiz, em função da sua especificidade na carreira e nos diferentes tribunais

E sem essa visão, sem um exercício de constante prospecção do futuro e do papel da jurisdição e do juiz, pouco se pode fazer para participar construtivamente no aperfeiçoamento da jurisdição, de forma responsável, serena e prestigiante. Em suma, não se ganha a autoridade colectiva que todos precisamos para que o sistema tenha o afecto e o comprometimento por parte de cada juiz.

A ausência de todo este “trabalho de casa” conduz ao reactivismo imediatista, sem a prudência e a credibilidade da sabedoria colectiva construída.

É evidente que, nesse caso, as coisas não podem ser diferentes do que são hoje. Não critico a actual direcção da ASJP pelo desempenho (dedicado, reconheço-o) que teve nesta crise de dimensões não vistas antes. Tirando um ou outro erro de palmatória, a sua actuação teve o seu quê de óbvio e inevitável. Mas critico o modelo de

trabalho, na sua dimensão exclusivamente sindical, e penso que tem de ser alterado de uma vez por todas.

Não é mais desejável o cenário de combate de trincheiras, inteiramente reactivo, sem objectivos estratégicos alargados, no qual cada acção repete uma acção anterior, sem que seja possível antever novos passos para evolução positiva do conflito instalado. Sobretudo quando se confronta um adversário mais interessado em rupturas do que em construir um sistema judicial eficaz, organizado e motivado. O caminho dos buracos é o caminho das toupeiras e os juizes não querem, seguramente, ser toupeiras.

3- Na minha opinião e da lista que integro para disputar a próxima eleição aos órgãos da ASJP, encabeçada por António Martins, a alteração do modelo de trabalho é necessária e passa pela concretização de algumas importantes ideias estratégicas que, particularmente, me aliciam e pelas quais pessoalmente me empenho e que quero aqui referir.

Concretizar um modelo de contingentação processual, com efectiva quantificação das cargas de trabalho adequadas para cada juiz, em função da sua especificidade na carreira e nos diferentes tribunais é, quanto a mim, a principal ideia estratégica, a jóia da coroa, o eixo central do trabalho que induzirá outras propostas. Permitirá estabelecer indicadores operativos para efeitos de gestão, da qualidade e da defesa profissional responsável, ajustando o volume de serviço do tribunal ou juízo à capacidade exigível ao juiz, e permitirá aferir, em qualquer caso, do grau de adequação da estrutura e orgânica judiciária. Permitirá ensaiar, de forma criativa, soluções inovadoras de ajustamento flexível na distribuição, nas medidas de apoio ao juiz, no tratamento da informação de gestão, na cadeia de governo da jurisdição e, com grande importância, na criação de ambientes de trabalho amigos e motivadores, essenciais para os alinhamentos subjectivos necessários ao sucesso da missão dos tribunais.

Para este trabalho é proposto um

Gabinete específico, uma unidade de missão, que contará com os melhores recursos, na medida em que é a prioridade.

Existe uma outra ideia estratégica, esta verdadeiramente estruturante de todo o trabalho e discurso da Associação no curto e médio prazo: o Livro Branco do Poder Judicial. A organização deste Livro visará, em primeiro lugar, condensar de forma séria, sistemática e integrada o diagnóstico de todos os congestionamentos organizativos, logísticos e de funcionamento do poder judicial e dos tribunais na perspectiva dos juizes. Em segundo lugar, inventariar um conjunto de soluções articuladas para a sua resolução que constituam as bases das propostas a apresentar à sociedade, ao CSM/CSTAF, à Assembleia da República, ao Governo. Será o pilar da investigação para construir e consolidar a visão que faz falta.

A responsabilidade deste trabalho será, segundo é proposto, de uma estrutura autónoma, sob a designação de

Gabinete de Estudos e Observatório dos Tribunais. Esta estrutura da Associação dos Juizes envolverá uma vasta equipa que assegurará a produção de investigação, estudos, pareceres e propostas, ao mesmo tempo que ligará a sua actividade à realidade dos tribunais, gerindo-a de modo a que a informação recolhida daqueles, constantemente, possa ter os devidos reflexos na selecção dos temas a desenvolver.

Para este trabalho é proposto um Gabinete específico, uma unidade de missão, que contará com os melhores recursos, na medida em que é a prioridade.

Todo o trabalho produzido será objecto de cuidada divulgação, no âmbito da estrutura de comunicação da ASJP e da

nova política editorial proposta.

Acrescentar toda esta dimensão de trabalho à Associação requer bem mais esforço do que aquele que, actualmente, é desenvolvido. Mas é essencial para progredir nos caminhos da mudança, ao mesmo tempo que permite congregar um número muito elevado de juizes nas equipas a organizar, independentemente das suas afinidades de grupo, aumentando a participação, elevando o nível do debate, forjando um novo papel para a Associação, de alcance provavelmente muito maior do que as actuais expectativas podem antecipar.

É que, apesar de tudo, as coisas podem mudar...

Acredito, sinceramente, que os juizes querem a mudança. Essa vontade há-de permitir ganhá-la.

LUÍS AZEVEDO MENDES

Juiz de Direito

Candidato a Vice-Presidente da Direcção Nacional

L I S T A

Direcção Nacional

Presidente - António Francisco Martins (*Relação de Coimbra*)

Vice-Presidente - Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes (*Tribunal de Trabalho da Figueira da Foz*)

Secretário-Geral - Manuel Henrique Ramos Soares (*Círculo Judicial de Almada*)

Tesoureiro - M^a Margarida Machado de Almeida Fernandes (*1^a Vara Cível de Lisboa*)

Vogal - Branca M^a. Pinto Rodrigues Macedo Varela (*Vara Mista de Vila Nova de Gaia*)

Vogal Suplente - Frederico Manuel Frias Macedo Branco (*Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra*)

Vogal Suplente - Filipe César Vilarinho Marques (*Tribunal Judicial de Melgaço*)

Vogal Suplente - João Ricardo Carvalho Carreira (*Tribunal Judicial de Moita*)

Assembleia Geral

Presidente da Mesa - João Inácio Monteiro (*Relação do Porto*)

Secretário da Mesa - Ana Paula Soares Ferreira Guedes (*Círculo Judicial de Viseu*)

Secretário da Mesa - Augusta M^a. Pinto Ferreira Rodrigues Palma (*2^o Juízo do Tribunal Judicial de Seia*)

Conselho Fiscal

Presidente - João Carlos Barros Caldeira (*Supremo Tribunal de Justiça [jubilado]*)

Vogal - José Alberto Martins dos Reis (*8^a Vara Criminal de Lisboa*)

Vogal - Manuel Ribeiro Marques (*Tribunal de Família e Menores de Faro*)

Vogal Suplente - Cristina dos Santos Silva Marinho (*10^o Juízo da Pequena Instância Cível de Lisboa*)

RUMO

ESTRATÉGIA

ATITUDE

DOMUS IUSTITIAE

Uma história sempre me impressionou. A do moleiro que vivia em Potsdam, nos tempos de Frederico II, o Grande e que, intimado a abandonar sumariamente a sua propriedade, por ordem do Imperador, ousou recusar, afirmando, perante um soberano incrédulo, que tal não seria possível porque havia juízes em Berlim. Hoje o Imperador seria outro, sob outra designação e com legitimidade democrática, mas será que o moleiro iria respigar com o mesmo desassombro e confiança?

Cada vez mais se assiste a um discurso de deslegitimação do Poder Judicial e, cavalgando-se a onda mediática habilmente gerada e municiada, os moleiros de hoje, facto raro, afinam pelo discurso do Imperador.

A Justiça em geral e os juízes, em particular, vão sendo alvo de constantes investidas, sob a capa de “reformas” e corte de privilégios e que vão, paulatinamente, subvertendo o quadro jurídico-constitucional de repartição dos poderes de soberania do Estado.

Os juízes, acossados, vão entre eles e em circuito fechado, mostrando a sua indignação, pregando aos peixes perante a iniquidade da acometida. A aparência justiceira do corte dos privilégios e o apregoado benefício para os cidadãos de alguns arremedos legislativos a que chamam reforma vão, devidamente propagandeados e repetidos, apartando o cidadão da questão essencial que subjaz à mudança e tornando-o menos vigilante para os perigos que a estratégia encerra para as suas próprias garantias, deixando os juízes desesperadamente sós.

A lógica economicista e a ostensiva falta de respeito devido a um órgão de soberania, no fito logicamente confessado e que já se iniciou da alteração da arquitectura de um sistema cuidadosamente pensado para garantir o equilíbrio dos poderes estruturantes do Estado de Direito poderão conduzir a que deixem de existir juízes em Berlim, convertidos em funcionários do Império.

A angústia, o desencantamento, a

frustração que decorre de não conseguirmos fazer ver aos cidadãos em nome de quem administramos Justiça que o perigo existe e que os supostos “privilégios” são garantias dos segundos, vão conduzindo à resignação e à desmotivação, chegando-se ao extremo de alguns de nós omitirem, perante os outros, de que são efectivamente juízes. Recordam-se as palavras sábias de François Guizot: - “Quem julga obrigado é um funcionário, não é um magistrado”. Efectivamente assim é, rememorando que tudo é cíclico, nada se tem por definitivamente adquirido. O tom profético de algo proclamado há dois séculos soa estranhamente a actualidade.

Os juízes vão reagindo.

A Justiça em geral e os juízes, em particular, vão sendo alvo de constantes investidas, sob a capa de “reformas” e corte de privilégios e que vão, paulatinamente, subvertendo o quadro jurídico-constitucional de repartição dos poderes de soberania do Estado.

A lógica reactiva e o completo sentimento de impotência e injustiça conduziram-nos, praticamente a todos, a medidas mais drásticas, como a greve, a que também aderi e que se afigurava como uma saída, uma forma de ouvirem o que temos para dizer. A adesão maciça foi a demonstração do mal-estar instalado.

No dia seguinte à greve, porém, a constrição manteve-se e os moleiros deste país, curiosamente, aplaudiram o Imperador. Nesse “dia seguinte” nada de novo surgiu, nada do que pensávamos poder mudar, mudou, mas também nada verdadeiramente propusemos para reverter a situação.

Mesmo no meio de um silêncio



ensurdecador, por parte dos outros, quanto à justeza das nossas aspirações e de alguma manipulação, também por culpa própria apenas duas mensagens foram entregues ao destinatário: - férias judiciais e Serviços Sociais do Ministério da Justiça, combate que assumimos tarde, com uma estratégia discutível e quando o desfecho da batalha estava traçado. A lógica frentista de aparente consórcio com outras associações sindicais, sindicatos e centrais sindicais, porque permitimos ou não soubemos prevenir essa colagem quando até existem interesses conflituantes ou não necessariamente coincidentes levaram a que se acrescentasse outra ideia ao caldo, a do vil metal, acicatando ainda mais os pobres moleiros, tão carecidos deste, e louvando a glória do Imperador, que se vitimizou, que se afirmou igual aos súbditos.

“Quem julga obrigado é um funcionário, não é um magistrado”

Adensando a trama, e como no Pedro e o Lobo, talvez tenhamos convocado, em vão, o perigo da subversão do Estado de Direito, perigo que existe mas que surge desproporcionado perante tão escassa mensagem transmitida. Aos perigos que anunciamos e que efectivamente existem responderam-nos como se o que surge no horizonte não fosse o sol mas antes a reacção inusitada dos “bem instalados” a corte de privilégios, soando o *requiem* à separação de poderes a pura esquizofrenia por parte dos únicos “não leitos por sufrágio”, epíteto que tantas vezes nos é dirigido.

Perante este estado de coisas penso que a mudança se impõe. É preciso reverter a situação, é urgente que o

façamos, é absolutamente necessário que nos façamos ouvir, que o cidadão se predisponha a ouvir.

É certo que, quando Alexandre (O Grande) chegou a Gordium, foi preciso usar a espada para cortar a corda. Mas o nó gordio só foi verdadeiramente desatado com as mãos, procurando as pontas, postas a descoberto pelo ferro, mas perspectivando as intrincadas voltas da espia e pensando aturadamente a forma. Também agora, mantendo a espada à cinta, é preciso antecipar o passo seguinte e oferecer soluções. É preciso ser firme nas questões essenciais e de regime, mas ter a capacidade de ser claro, dar a entender o que está verdadeiramente em causa, quem são os juízes, o que fazem e o que representam, falando ao cidadão e reganhando-lhe a confiança. Só com um capital de confiança, de probidade, de exemplo prático, de ajuda concreta na resolução dos problemas podemos ser ouvidos e, de facto, inverter o quadro vigente. São os juízes os primeiros interessados na dignificação da sua imagem, na sua reabilitação e no funcionamento célere do sistema de justiça.

É preciso ser firme nas questões essenciais e de regime, mas ter a capacidade de ser claro, dar a entender o que está verdadeiramente em causa, quem são os juízes, o que fazem e o que representam, falando ao cidadão e reganhando-lhe a confiança.

Existimos para aplicar a Justiça em nome do Povo, mesmo quando essa aplicação contende com os interesses do Imperador e da corte. O mau funcionamento da Justiça só é apregoado e a necessidade de reformas afirmada quando ela, de facto, incomoda.

Não nos deixemos perder apontando apenas a árvore e sobre ela esgotando as oportunidades de falar sobre a floresta. Somos nós, juízes, que teremos que marcar a agenda da Justiça, o caminho das reformas, alistando soluções e sobrepujando os escolhos. Nessa caminhada, a bem do cidadão, deveremos ir à frente, identificando claramente as dificuldades, os estrangulamentos, mas afirmando o caminho a seguir.

Perante a inquietação da classe e o

Se por um lado vamos assistindo a uma política de terra queimada em que o prestígio da instituição vai sendo, dia após dia, abalado ao ponto de, manipulado, o próprio cidadão deixar de confiar em quem administra, em seu nome, a Justiça para depois, sob as cinzas, ser erigido o “novo” sistema, funcionalizado, coarc-tado, dependente, mudança que merecerá o aval do cidadão comum descrente, por outro temos uma postura apenas reactiva que surge quando já não há predisposição para ouvir, quando tudo está no essencial definido e que, no final, pese embora a boa fé e solicitude dos envolvidos, será uma política votada ao fracasso e da qual ficou apenas o travo das férias judiciais e dos S.S.M.J..

aparente sucesso popular da investida, o que por nós e em nossa representação foi dito, com eficácia e visibilidade externa, sobre a carreira plana (ou aplainada?), entrecortada com a limitação do acesso dos juízes de carreira aos tribunais superiores? No limite, porque os critérios de recrutamento e avaliação não são claros, quais de nós e em que circunstâncias poderão, em nome do Povo, julgar em tais tribunais e com esse figurino, quando é certo que nestes se definirá, em última instância, a matéria de facto e onde vozes apontam para que se julguem, em foro próprio, os outros titulares de órgãos de soberania?

Quanto à responsabilidade civil dos juízes por erro, cuja proposta de diploma já está no site do Ministério da Justiça, o que foi por nós dito? - Se a aprovação for inevitável, como parece sê-lo, o que foi por nós contra-proposto?

Nesta questão específica que pode, verdadeiramente, por em causa a independência do Juiz quando mesmo no quadro actual vários vêm afirmando que vão responsabilizar este e aquele outro por detenções por que razão não se exige a definição do conceito de culpa (para não permitir interpretações extensivas) e não se faz depender a entrada em vigor do diploma do estabelecimento e da definição da contingentação processual. De facto, um juiz pode ser responsabilizado. Resta saber em que condições e com que volume de serviço. Se, na lógica apenas reactiva que vem sendo seguida aparecermos, aprovado a diploma, a clamar por alterações, logo as nossas aspirações serão votadas ao insucesso e apelidadas de “privilégio”, estando já a antever a argumentação estafada de que os juízes, quando erram, não querem ser responsabilizados como “os outros”.

O que foi feito para exigir do C.S.M. a defesa dos juízes e dignificação da magistratura?

Que propostas surgiram para a também inevitável alteração do mapa judiciário?

Se por um lado vamos assistindo a uma política de terra queimada em que o prestígio da instituição vai sendo, dia após

dia, abalado ao ponto de, manipulado, o próprio cidadão deixar de confiar em quem administra, em seu nome, a Justiça para depois, sob as cinzas, ser erigido o “novo” sistema, funcionalizado, coarcado, dependente, mudança que merecerá o aval do cidadão comum descrente, por outro temos uma postura apenas reactiva que surge quando já não há predisposição para ouvir, quando tudo está no essencial definido e que, no final, pese embora a boa fé e solicitude dos envolvidos, será uma política votada ao fracasso e da qual ficou apenas o travo das

férias judiciais e dos S.S.M.J..

De derrota em derrota não chegaremos à vitória final. Vitória que nem seria nossa mas do cidadão e do Estado de Direito.

Conhecendo o programa eleitoral da lista encabeçada pelo Desembargador António Martins reconheço nele um rumo preciso, a estratégia a adoptar e atitude a manter perante os obstáculos. Proactividade é o que se exige, identificando e antecipando os problemas, oferecendo as soluções, pondo a nu as tentativas de por fim à independência dos

juízes, marcando a agenda da Justiça.

É preciso olhar sobre e para além da floresta, para que nesta não nos percamos e não nos vão devorando as migalhas com que tentamos marcar o caminho.

JOSÉ MANUEL QUARESMA

Juiz de Direito

(candidato a Secretário Regional do Centro pela Lista A

L I S T A

RUMO

Direcção Regional Centro

Secretário Regional - José Manuel Lourenço Quaresma (*2º Juízo Criminal de Coimbra*)

Vogal - Nuno Pedro Souto de Miranda Catarino (*Tribunal Judicial de Vagos*)

Vogal - António Luís de Oliveira Carvalhão (*Tribunal de Trabalho de Aveiro*)

Vogal Suplente - M^a Manuel Rijo de Araújo e Silva (*1º Juízo da Comarca de Anadia*)

Vogal Suplente - M^a. Helena Lamas Marques Correia (*4º Juízo Criminal de Coimbra*)

Conselho Geral - Lista Centro

1º - Paulo Eduardo Cristão Correia (*Vara Mista de Coimbra*)

2º - Gil Vicente Ribeiro Cardoso da Silva (*Juízo Criminal de Leiria*)

3º - Ana Cláudia Figueiredo dos Santos de Cáceres Pires (*Tribunal Judicial de Ansião*)

4º - António Domingos Pires Robalo (*Círculo Judicial de Castelo Branco*)

Suplentes

1º - Nelson Nunes Fernandes (*Círculo Judicial de Pombal*)

2º - Fernando Jorge Prata dos Santos Andrade (*Tribunal Judicial de Sertão*)

ESTRATÉGIA

ATITUDE

www.rumo-estrategia-atitude.net

PELO FIM DOS “HERÓIS DO TRABALHO”

O desabar dos regimes do “socialismo real” fez cair no esquecimento os “heróis do trabalho”, que os membros das oligarquias soviéticas condecoravam e exibiam por causa dos recordes que estabeleciam nas suas diversas áreas de actividade. Embora não trazendo benefícios económicos, a dedicação ao trabalho era aí, ao menos, apreciada e reconhecida.

Década e meia depois da queda do Muro de Berlim, a gestão da Magistratura portuguesa continua a querer gerar *heróis do trabalho judicial*: quem abdicar de uma vida pessoal e se dedicar inteiramente às funções, pode, talvez, aspirar a ter o serviço em dia e, com alguma sorte, a ser agraciado nas inspecções. A diferença é que em Portugal o poder político desconsidera o poder judicial, mesmo para efeitos de propaganda, e o usa indistintamente como bode expiatório da incapacidade política de afectar à administração da Justiça os meios necessários a garantir dela uma resposta adequada a uma procura cada vez maior e mais complexa, num labirinto legal cada vez mais intrincado.

E, basta sair do círculo de juízes e de quem trabalha diariamente nos tribunais para que o calvário que todos conhecemos se torne noutra coisa: o que o cidadão comum sabe quando lhe falam de justiça é bem diferente. Sabe das convocatórias sucessivas para julgamentos adiados, da absurda demora da única causa que é a sua, de quanto lhe custou a perda da demanda em que se viu envolvido ou mesmo o seu ganho, e sabe dos “privilégios dos juízes” - dos “três meses de férias” que o Governo, em parte por saber da Justiça só o que sabe o cidadão comum, em parte por descarada má fé, nos imputou para alijar responsabilidades que são suas e por desforra e desagravo.

Perante estas duas pré-compreensões do actual estado da Justiça, não há pontes possíveis. Como os esforços da actual Direcção da ASJP provaram, qualquer diálogo é um monólogo de surdos.

Posto isto, há duas alternativas:

- resignarem-se os juízes, como o têm feito tempo demais, suportando a hostilidade da opinião pública, fazendo os possíveis por dar aplicação a leis asininas ou impraticáveis - frequentemente ambas as coisas -, ajustando a agenda ao aumento exponencial de trabalho e tolerando a degradação das condições de funcionamento dos tribunais;

- ou enfrentar os detractores e demonstrar que quando eles dizem que sabem do que é que estão a falar... não fazem ideia nenhuma.

É neste cenário de radical desadequação entre o que se exige e o que se garante já não entre o muito que se tinha de fazer e os poucos meios disponíveis para tal que a actuação da Associação Sindical dos Juízes Portugueses se tornou decisiva.

Decisiva para cada um dos associados. Decisiva para cada um dos Juízes.

Decisiva para a salvaguarda do sistema de justiça como Poder autónomo do Poder Político.

E decisiva para a manutenção, de facto, dos Tribunais como órgãos de soberania.

Porque o actual estado da Justiça em Portugal é mau. Porque a confiança dos cidadãos nas magistraturas talvez nunca tenha sido tão baixa.

E porque há responsáveis por isso que não são seguramente os Juízes, excepto pela passividade e perda de horizontes a que foram conduzidos pelo



afunilamento em volumes crescentes de trabalho, enquanto a Justiça que lhes cabia aplicar se degradava de dia para dia.

É chegada a hora de pedir contas e de denunciar a irresponsabilidade de planeamento que permite que haja juízes com 3, 5, 7, 9... mil processos.

É necessário exigir do Poder Político e dos órgãos de gestão da Magistratura que cumpram as suas obrigações.

Se com a desconsideração que nos vota o poder político podemos bem e dormimos melhor, não nos pode ser indiferente o que pensam e querem os cidadãos: a Justiça é demasiado importante para ser deixada nas mãos dos políticos. O que é preciso é criar condições para que seja da sua conveniência e interesse eleitoral haver uma administração da justiça eficiente e prestigiada.

E isso, Colegas, não se faz com o sacrifício inatingível dos “heróis do trabalho”. Faz-se com a reabilitação de uma imagem que se foi progressivamente degradando. E faz-se com a continuação processual. Essa não é uma promessa: é aqui e agora, uma inultrapassável e inegociável necessidade.

Necessidade ainda mais premente quando se discute a responsabilização dos juízes por decisões injustas - e se exclui a responsabilização dos decisores políticos que vertiginosamente conduzem o nosso País à cauda da Europa.

Por muito tentador que seja desistir, a verdade é que o nosso compromisso de Juízes não é para com o executivo. Como os outros, também este há-de passar - e

todos sabem que o que uns fazem, os seguintes desfazem, ao sabor das conveniências e interesses eleitorais.

Se merecermos a confiança da maioria, seremos porta-vozes não só dos que optaram por resistir, ainda e sempre (como os irredutíveis gauleses), mas também dos que desistiram: dos muitos que, absorvidos pelo desumano ritmo da agenda a que se impuseram, trabalham ainda continuamente e renunciaram a tudo o mais; dos muitos outros para quem a injustiça e desproporção do discurso governativo fizeram quebrar os

laços de respeito entre órgãos de soberania e perder o interesse por tudo quanto lhes diga respeito; dos restantes que só esperam a oportunidade para se reformar ou abandonar uma carreira que antes abraçavam com dedicação...

Com o Desembargador António Martins a ASJP terá projectos pelos quais apresentará contas aos associados, e pelos quais quererá ser julgada nas próximas eleições.

É por isso que estou nesta equipa: candidato-me à Direcção Regional Sul da

ASJP por uma Justiça forte e prestigiada - e pelo fim dos heróis do trabalho.

É chegada a altura de os Juizes tirarem os dedos das brechas da barragem.

ROSA DE VASCONCELOS
Juiz de Direito
Candidata a Secretário Regional
do Sul pela Lista A

L I S T A

RUMO

Direcção Regional Sul

Secretário Regional - Rosa M^a. Colchete de Vasconcelos (*Vara Mista de Sintra*)

Vogal - Vítor Sérgio Sequinho dos Santos (*Círculo Judicial de Beja*)

Vogal - Luís José Cardoso Ribeiro (*Vara Mista de Setúbal*)

Vogal Suplente - Filipe João Aveiro de Sousa Marques (*Círculo Judicial de Loulé*)

Vogal Suplente - Tiago Rafael da Silva Moura Pires Pereira (*Tribunal Judicial de Redondo*)

Conselho Geral - Lista Sul

1º - José Manuel Duro Mateus Cardoso (*Tribunal da Relação de Lisboa*)

2º - João Henrique Pinto Gomes de Sousa (*Círculo Judicial de Évora*)

3º - António João Casebre Latas (*Centro de Estudos Judiciários*)

4º - Pedro Afonso Lucas (*Círculo Judicial de Vila Franca de Xira*)

Suplentes

1º - M^a. Eduarda de Mira Branquinho (*Tribunal de Trabalho de Évora*)

2º - Cristina da Conceição Pires Lourenço (*Círculo Judicial de Portalegre*)

ESTRATÉGIA

ATITUDE

www.rumo-estrategia-atitude.net



**OS PORTUGUESES
SABEM EM QUEM
CONFIAR.**

**Delta
CAFÉS**

**MARCA DE
CONFIANÇA**
2005
Seleções do Reader's Digest

Nos últimos quatro anos, os portugueses mantiveram a sua confiança na marca Delta. Nós cumprimos o compromisso.

Mais uma vez, pelo quarto ano consecutivo, a Delta foi escolhida pelos portugueses como a primeira marca de confiança na categoria cafés pelo estudo realizado e publicado pelas Seleções de Reader's Digest.

A Delta tem desenvolvido uma acção de responsabilidade social e sustentabilidade que, a par da qualidade dos nossos cafés, representa o nosso compromisso com a sociedade. Portugal conhece-nos e, por isso, confia. Estamos preparados para mais 4 anos.

www.delta-cafes.pt

OPINIÃO ASSOCIATIVA

Madeira Pinto

Compelido a dizer umas palavras a propósito do texto que titulas “Opinião Sindical”, quase poderia repetir o teu primeiro parágrafo na íntegra, exceptuando o Tribunal onde estou colocado e o tempo de serviço aí prestado.

Ou seja, sou do mesmo curso do CEJ. Conhecemo-nos, portanto. Não obstante o contacto não ter sido muito próximo, conheço-te o suficiente para te respeitar. O texto “opinativo-sindical” que postaste no site da Lista que integras (“B” penso eu) interpreto-o como um lapso, um momento infeliz, daqueles que todos temos e, receio, eu provavelmente mais que tu.

E explico-te porquê, concretizando. Para além das generalidades (não pejorativo) em que todos estamos de acordo, avanças depois, no terço final do texto, para uma aplicação prática das lições do Lenine. Isto é, atacas o adversário na sua pessoa, ou em pessoa próxima em função das circunstâncias, mas não atacas as suas ideias.

Denegrir o adversário para o inferiorizar, para o abater, para o diabolizar. Não é próprio de ti, daquilo que de ti conheço. Por não ser característico da tua pessoa levo-o em conta de uma passageira infelicidade. Mas não esqueças: essa passageira infelicidade tem um significado sócio-sindical; o lançar da primeira pedra.

Vamos então à “táctica” que, quer queiras quer não, resulta do teu texto.

Nos parágrafos 10 e 11 acusas, subliminarmente, a lista adversária (com uma letra diferente, “A” penso eu) e da qual faço parte, de “divisionismo” (outra táctica leninista): “você concorrem, logo estão a dividir os juizes”. É esta a tua primeira “mensagem”. Por sinal já a ouvi, meses atrás, a destacado elemento da tua “equipa”.

Não resiste à mais elementar análise.

Então a democracia não é pluralismo? Ou são vocês que definem os momentos azados para o aparecimento do pluralismo, devendo a “minha equipa” presumir que este momento não é adequado porque há eleições?

Passo por cima do exagerado panegírico (já vês o que penso, ao adjectivar um panegírico como exagerado) da actual Direcção, o que deve ter sido difícil, face à desastrosa actuação desta no último ano. É obra lançar um panegírico desse calibre a uma Direcção que andou a reboque dos acontecimentos, nada previu e era fácil de prever e que, consciente ou inconscientemente, andou a reboque das tácticas “sindicalistas” de terceiros e se deixou confundir com mais uma célula marioneta de uma qualquer confederação sindical.

Atacas o Movimento Justiça e Democracia. Esclareço-te que faço parte da lista mas dele, movimento, não faço parte.

Que é como quem afirma: **não confundas Lista com Movimento, mas eu sei que é irresistível a tentativa de confusão - como manobra de comunicação.** Ou seja: eles que se defendam, porque são maiores e ... juizes. Que é como quem pergunta: os juizes que dele fazem parte sofrem de capitis diminutio? Foram segregados? O exercício democrático eleitoral está-lhes vedado? Escusas de responder! Sei que darás resposta negativa a qualquer das perguntas. Mero exercício retórico, portanto.

Mas, enfim, estas seriam “tácticas” aceitáveis no jogo eleitoral. As que se seguem são mais difíceis de aceitar. Atacas pessoalmente dois colegas. De um não referes o nome, mas toda a minha gente percebeu: é o Raul Esteves. É acusado de ser sabático ou bolseiro.

Belo! Propõe a criminalização da conduta! Ou decreta o ostracismo sabático! E por fim o Martins. Que sugeres, não obstante o não digas, que anda a reboque do sabático bolseiro. Manobra política “hard”. Habitual em política politiqueria.

Mas não o atinges apenas a ele. Dás, por reflexo, todos os integrantes da lista como bonecos manejáveis. Por mim, passo à frente. Mas do que conheces do António Martins, no entanto e porque referes expressamente o seu nome, tenho a certeza de que lhe deves um pedido de desculpas. E sei que lho



apresentarás em devido tempo.

Foi, precisamente, por conhecer o António Martins que aceitei o seu convite para integrar a lista. Homem de princípios; de vontade assumida; imune a caprichos e influências, mas que sabe ouvir. Com uma visão, próxima da minha, de qual deve ser o papel da judicatura e do movimento associativo. Percebes? Foi a pessoa, mais que qualquer texto ou discurso, o que me levou a integrar uma lista, depois de ter pensado abandonar a Sindical Associação, face à desastrosa sindical actividade e ao taciturno pós-greve. E nota! Já integrei listas da Associação com nomes que constam da que tu apoias. E apesar de conhecer vários dos colegas que integram a lista encabeçada pelo Desembargador Baptista Coelho, e de ter deles a melhor opinião pessoal, sei que a mentalidade sindical reinante se revela, no colectivo, incapaz de liderar, de forma adequada, os próximos difíceis anos da Judicatura.

Ao invés, vejo essa capacidade no António Martins. Vontade e abertura de espírito, raciocínio claro e imune a influências indesejáveis. E, tu sabes, isto não é panegírico.

Termino, porque estas linhas vão mais longas do que o desejado.

Não sem antes te dizer que não faço qualquer apelo para que votem na lista que integro. Parto do princípio de que cada um dos juizes tem vontade, sabe o que quer e não é qualquer apelo meu (com ou sem formandos como herdeiros espirituais) que os fará mudar de opinião. Pelo menos não deveria!

É que começa aqui, no respeito mútuo, a essencial mudança de mentalidade e consequente prática associativa.

Com os cumprimentos do colega que preferiria encontrar-te num jantar de curso.

JOÃO HENRIQUE GOMES DE SOUSA

*Círculo Judicial de Évora
Candidato ao Conselho Geral
Lista Sul*

LITERATURA: O NOME ENTRE MONTANHAS

Izaque de Deus Rosa Rosado. Este nome passou-me pelos olhos, há poucos dias. Não fora a sua profética especificidade tê-lo-ia esquecido mal pousasse o processo na pilha, equilibrada, à força de braços e de imaginação, em cima de uma cadeira (ou talvez já na soalho, por falta de outro lugar no gabinete). Aliás, como nota introdutória, vale a pena descrever sumariamente esse espaço a que eu chamo «o armazém», embora na porta esteja afixada uma tabuleta que diz «Procurador da República». Tendo a meu cargo seis secções, mais os respectivos processos administrativos e contando com quatro funcionários de apoio, quando o dia começa perfilam-se dez pilhas, a que chamo «montanhas», repartidas por quatro secretárias. À medida que o dia avança, uma vez que os processos se vão dividindo entre os despachados e os que ainda não, as pilhas vão-se multiplicando, e é aí que entram as cadeiras, um armário com várias prateleiras e o soalho. No fim do dia podemos concluir que as «montanhas» se movem, embora não pela força da fé, mas pela força do corpo dorido, já que todo o trabalho, pelas razões logísticas descritas, é feito de pé, o que se torna muito mais benéfico para a saúde do que a tradicional posição sedentária, em frente de um computador. Segundo um estudo do endocrinologista James Levine, recém-mente publicado na revista *Science*, um trabalhador «andante» (não confundir com o cavaleiro de igual porte, muito menos com o da Triste Figura) pode queimar 100 calorias por hora ou 800 por dia, pelo que ele próprio concebeu um mobiliário de escritório destinado a manter os mais sedentários em movimento: passeadeiras, trilhos no chão para que as pessoas possam andar enquanto trabalham. Eu não preciso dessa parafernália, em matéria de equipamento estou bem servida; senhor Ministro da Justiça, existe pelo menos uma magistrada no País que não se queixa de falta de meios.

Quanto ao conteúdo das funções traduz-se, na sua maior parte, na revisão de contas e das dívidas a que dão lugar, ou seja, na passagem, de pilha para pilha, dos números a que chamamos montantes e dos nomes que lhes estão associados. Pois é, o trabalho de um procurador da República junto das Varas Cíveis seria mais bem assegurado por um burocrata com queda para estivador do que por um magistrado com vinte e tal anos de função.

Por isso, de vez em quando, preciso de fixar um nome. Preciso de sentir que existe alguém - alguém que assobie, faça «Sudokus» ou tome um café duplo pela manhã para recolher um efeito da sucessão de actos que pratico. Viajamos, todos, com milhares de nomes à espera que os incluamos na nossa trajectória. Mas é tão fácil desencontrá-los. Não me refiro à insensibilização decorrente do desgaste da vida, nem tão pouco ao excesso de trabalho; não me parece lá muito inteligente a atitude de enfiar uma casca de ovo pela cabeça e repetir como o Calimero «it's an injustice it is». Mesmo que seja uma injustiça. Nunca poder algum apreciou lamentos, muito menos cedeu à evidência das razões. A injustiça, sabemos nós que escolhemos a profissão de a combater e sabem todos os amadores deste combate, só transtorna os que convivem bem com a debilidade, não quem tem o sentido agudo do poder. Por isso, através da atenção aos nomes, precisamos de achar um sentido que perdemos de vista, de reconstituir o fio que há-de resgatar-nos do labirinto onde nos deixámos confinar, na companhia da confiança sem a qual qualquer sistema de justiça passa a ser uma caricatura, pronta a suscitar a revolta da «rua».

Estamos sozinhos neste labirinto? Assim nos querem. Apontam-nos o dedo. E nós, às vezes, somos suficientemente distraídos para nos abespinharmos contra o dedo apontado e não olhar nem para a origem nem para os efeitos desse gesto. A primeira atitude a tomar será, pois, trazer



Por:

JULIETA MONGINHO

todos os responsáveis para dentro do labirinto, proporcionar-lhes uma visita guiada. Dizer-lhes: «Bem-vindos, visitemos as esquinas e as arestas: a distribuição irracional dos meios humanos; a tortuosidade dos procedimentos o gosto arcaico pelo «certifico narrativamente que», pelo «Termo de Apresentação e Exame», pelos jogos florais em que se cruzam os diversos operadores; a desproporção entre a desmesura das tarefas e os instrumentos atribuídos fisgas funcionais contra os mísseis da astúcia criminal; a deficiente formação, tanto a vestibular como a permanente.»

Depois desatar os nós do sistema labiríntico: o *segreeado* de justiça, bichanado por todos, uma espécie de ioiô que ora encolhe, ora estica, ora é atirado como arma, à vez, por uns e outros, consoante os interesses que servir; as ESCUTAS telefónicas, à deriva entre um «imediatamente» legal e um impossivelmente factual, que, mesmo quando disciplinadas de forma adequada, nunca caberão num iPod, a não ser que já esteja equipado com colunas e, de preferência, com um enorme ecrã; a prisão preventiva enquanto padrão das injustiças da Justiça (apenas aplicável aos desabrigados) e os espaços de encarceramento em geral.

Por fim os segredos alicerces: que edifício se pretende erigir sobre este labirinto? Quem é o arquitecto? Que projecto desenha, sob o discurso (louvável) do reforço das garantias, do aumento da eficácia e do combate às várias corrupções? Como serão repartidas as responsabilidades pela violação das regras de construção? E os divulgadores das peripécias? Que lugar ocupam neste complexo jogo de poderes? Intocáveis? Bandidos? Cidadãos entre os outros, ousados e com o sentido

da medida? O problema é que, hoje em dia, ninguém parece estar disposto a assumir este papel. Como se todos proclamassem: «NÃO HÁ PODERES ABSOLUTOS, a não ser o meu, claro».

Pela minha parte continuarei afeiçoada aos princípios fundamentais: não gostei de ler num semanário humorístico que, aliás, me ajuda a recuperar o fôlego nas sextas-feiras à tarde, a seguinte passagem: *Os outros procuradores do Ministério Público pertencem a outros grupos de animais, menos susceptíveis à doença* (gripe das aves). Mas não tenho qualquer dúvida de que a liberdade de expressão, mesmo a do humor sem graça, tem primazia sobre a minha susceptibilidade (não à doença mas ao agravo). Também não gosto das atitudes excessivas, insensatas e, aparen-temente, desproporcionadas que origi-naram esta reacção do poder mediático. Mas não tenho qualquer dúvida de que nada, mas mesmo nada justifica que, mesmo por vias indirectas (*maxime* limitação da

autonomia do Ministério Público) de algum modo seja afectada a independência do poder judicial.

E regressamos ao senhor Izaque. Todos precisamos de nomes próprios que nos ajudem a reencontrar o sentido. O nosso nome, certamente, e o de todos os outros que fazem as primeiras páginas, não dos jornais mas dos processos. Cada processo atirado de uma pilha para outra pilha encerra pedaços de uma vida própria e cada uma destas vidas é um mundo de incertezas.

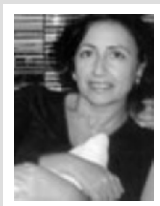
Baltasar Garzón assume, com rigor, esta posição («Um Mundo sem Medo», Ambar, 2006): «Ao longo de vinte e quatro anos de profissão aprendi, e continuo a aprender muito com os textos legais, com a doutrina e com a jurisprudência. Mas a sensibilidade, o tacto, a responsabilidade, a modéstia no tribunal foram as pessoas que me ensinaram. Considerei-me sempre, e essencialmente, um juiz do povo, no sentido de que procurei estar sempre em

contacto, sem distinções, com todos os estratos sociais, conhecer os seus problemas quotidianos, quer familiares quer profissionais. Tentei descobrir o que estava atrás, tanto das vítimas como dos vitimadores, porque ambos fazem parte da sociedade, para saber quais são as suas necessidades ou intenções e assim poder aplicar uma justiça sem recorrer exclusivamente à regra e à medida matemática.

«O formalismo e o automatismo na aplicação das normas não conduzem senão à injustiça, ao fazê-lo desigualmente a quem tem os mesmos direitos perante ela. Esse princípio de igualdade exige que se aplique a justiça intrinsecamente e sem ter em linha de conta a posição política, económica ou social da pessoa interessada».

Com estas palavras vos deixo. É quanto me cumpre certificar em face do que dos autos consta e aos quais me reporto em caso de dúvida.

Algumas Obras Literárias da Autora



“Dicionário dos Livros Sensíveis”, 2000

“À Tua Espera”, 2000

“Onde está J.?”, 2002

“A Construção da Noite”, 2005



AGORA LEIA



o MOVIMENTO & JUSTIÇA em:
<http://www.poder-judicial-2006-mjd.blogspot.com>

MATÉRIA PROVADA

Restaurantes e Vinhos

A GRANDE MESA ITALIANA



Restaurantes

Quando daqui a uns anos for escrita a história da cozinha portuguesa contemporânea, não pode ser esquecido o papel de alguns nomes estrangeiros na revitalização da nossa gastronomia. *Aimé Barroyer* (Restaurante Valle-Flôr) *Pascal Meynard* (Varanda do Ritz), *Marc Le Ouedec* (Fortaleza do Guincho), *Dieter Koschina* (Vila Joya) ou *Michele Guerrieri* (Mezzaluna) farão com certeza parte dessa lista de *chefs* que se apaixonaram por Portugal e que por cá criaram raízes.

Augusto Gemelli é uma dessas figuras incontornáveis que têm contribuído para que a mesa portuguesa seja cada vez mais versátil, delicada e cosmopolita. O seu restaurante A Galeria, na rua de S. Bento em Lisboa, é porto seguro para quem procura uma cozinha criativa, com pendor transalpino, mas com citações recorrentes dos produtos e da tradição gastronómica nacional, aliada a um exemplar serviço de vinhos, servidos à temperatura correcta e em copos apropriados.

É com ele que nos vamos sentar à “Mesa do Chef” (€50), fórmula que faz com que uma parilha de mastigantes “fique nas mãos” de quem cozinha e de quem sabe escolher vinhos a preceito. Uma espécie de “blind date” epicurista em que o jogo de sedução é intercalado com trocas de impressões sobre o rumo dos acontecimentos.

Na mesa, impecavelmente aparelhada, espera-nos uma travessinha com azeite caseiro aromatizado com alho, azeite de Modena e vinagre aromático da mesma proveniência, para ir molhando o pão e umas pequenas porções de *focaccia* que para parar de comer só mesmo algemando as mãos atrás das costas.

Para abrir a boca uma *flute* de *Prosecco Foss Marai Cuvée Brut*, espumante italiano da região de Veneto, de cor palha, bolha fina, aromas florais com apontamentos de maçã, corpo elegante e acidez pertinente. Com ele provámos o *Mosaico de polvo* com “mosto” de azeitonas

verdes: um *carpaccio* delicado em que o octópode, após prensagem, surge fatiado numa composição de belo efeito cromático.

Como primeira entrada degustámos então um *Mil folhas de parmesão crocante* com *legumes grelhados* e *infusão de rúcula*, com uma arquitetura baseada na sobreposição de camadas de primores grelhados, intercaladas com fatias de queijo crocante (algo resistente ao corte), com a guarnição da rúcula picada em azeite a acentuar a tónica primaveril da entrada. Para combinar testámos um Branco Montes Claros Antão Vaz Reserva 2002, da Adega Cooperativa de Borba, apresentado numa garrafa de roupagem atraente, com cor dourada, notas cítricas e florais, bem embrulhadas em madeira nova, boca carnuda e boa ponta final.

A entrada seguinte veio a ser um *Agnolotti de beterraba* e *queijo ricotta* com *creme de mangericão*, um clássico da culinária piemontesa que consiste num continente de massa fresca, recheado de pasta de queijo e legumes, e perfumado por folhas de mangericão, aqui em versão cremosa e estaladiça. O lado vegetal do prato foi muito bem integrado nos aromas herbáceos de um *Canyon Road Sauvignon Blanc* 2002, um branco da Califórnia com sabores de frutos tropicais, notas limonadas e apreciável vivacidade no fim de boca.

Passando da horta para o mar alto, foi então proposto um *Risotto ao “preto de choco”*, perfumado com emulsão de tomate seco e cebolinho. O arrozinho de tinta estava “al dente” e cremoso como mandam as regras, mas não terá beneficiado da escolta líquida do Quinta do Perdigão Dão Reserva 2001, um tinto com aromas a frutos silvestres e a caruma, mas ainda alguma rugosidade que contrastou com a textura sedosa de um *risotto nero* que decididamente carecia de companhia mais aveludada.

Na rede do peixe chegou também um *Imperador gratinado* ao perfume de poejes



sobre *tomatada rústica napolitana*. O prato consistiu numa posta cozida sobre quadrinhos de tomate salteados, coberto por uma *tapenade* de azeite, poejes e alho, e acolitada de cenouras *baby*, bróculos e batata. Um bom exemplo da cozinha mediterrânica de mercado, leve e perfumada, que aqui se pratica. Para acompanhar abriu-se um *Convento da Tomina* 2002, um tinto alentejano que deu boas indicações nos seus aromas a fruta em compota, com sugestões de cacau, mas de estrutura algo pesada para a suavidade do peixe. Não foi preciso dizer mais nada para que Ângelo Santos, escanção e chefe de sala, sugerisse um *Bajoz Joven Cosecha* 2003, um tinto espanhol da região de Toro-Rueda, produzido a partir de *Tinta de Toro* (*Tinta Roriz*), que exibiu um perfil moderno e muito personalizado para a idade que tem, aromas intensos e frutados, com notas achocolatadas e um ligeiro mentol que casou às mil maravilhas com os perfumes anizados da *tapenade*.

Da capoeira saltou em seguida um *Coquelet recheado* com *Mozarella de Bufala* e *beringela*. Um franguinho de 3 semanas assado no forno, de recheio sintonizado com a delicadeza da peça, acompanhado de um *Tenuta dell'Ornellaia Le Volte Bolgheri* 2001, um tinto toscano produzido por um dos monstros sagrados da enologia italiana, que se apresentou com um *bouquet* a frutos vermelhos e violetas, *nuances* terrosas e especiarias, harmonioso no palato e complexo na despedida.

Para terminar uma sobremesa diferente para cada comensal: um *Panettone de chocolate branco e sabayon ao jerez velho*, com o seu cálice de *Alambre 20 Anos* da *José Maria da Fonseca*, dominado por apontamentos de passas, mel, laranja e nozes; e um *Fresco de iogurte com espesso de capuccino e chocolate preto*, combinação que resultou feliz pela sua frescura, acolitada pelo *Vin Santo* da *Antinori*, um licoroso semi-doce cor de bronze, com sugestões de frutos secos e caramelo.

No final vieram para a mesa duas

chávenas de café em espuma para comer à colher. Este café espesso é uma criação do famoso chefe catalão *Ferran Adrià*, sendo entre nós comercializado pela *Lavazza*. Um pratinho de biscoitos caseiros de manteiga e uma *grappa Alexander* bem geladinha completaram a degustação, cuja tarifa comedida justifica só si a marcação imediata de mesa.

O contacto com outras culturas e sabores, outros sóis e outras luas, sempre foi, desde a gesta dos Descobrimentos, uma das molas da evolução do nosso património gastronómico. A presença

entre nós de criadores como Augusto Gemelli é a melhor garantia de que a cozinha portuguesa não ficará a marcar passo por falta de bons interlocutores.

Rua de S. Bento, 334 LISBOA

Tel.: 213 952 552



UM ARISTOCRATA EXTREMENHO



O melhor da festa ficou para o fim. Já não bastava a densidade de uma cor rubi espessa como uma cortina de veludo vermelho. Nem o bouquet misterioso e sedutor de um vinho terroso e mineral que nos faz recordar o húmus de solos onde crescem trufas e cogumelos. Quem tiver o nariz afinado vai render-se à sua dimensão balsâmica, comandada por pimentas e resinas, madeiras preciosas, chocolate, toques de fumo e mentol, acrescidos de apontamentos de caça em “faisandage”. A fruta está lá no fundo, bem arrumada, numa cesta de cerejas e ameixas pretas, onde ainda cabem delicadas notas florais.

Também não bastava a impressão de boca de um vinho intrigante e complexo, que cresce no palato num cortejo opulento de veludo e frescura. Vê-se que estagiou em barricas de luxo que lhe legaram taninos de cetim. Mas o melhor está mesmo na parte final, quando o vinho se despede lentamente num ocaso interminável de sabores, pleno de classe e harmonia, que é apanágio dos vinhos aristocratas.

De rótulo tapado ninguém diria que este é um néctar português nascido numa

daquelas regiões que até há bem poucos anos eram campeãs do vinho ao garrafão. Para chegar a um vinho deste quilate foi preciso aparecer alguém que percebesse da poda. Esse alguém foi José Bento dos Santos, um engenheiro químico de formação que se tornou sibarita por gosto, frequentador das melhores mesas e cozinhas do mundo, cozinheiro nas horas vagas e agora produtor de vinhos nas horas cheias. Admirador dos grandes vinhos franceses do vale do Ródano, plantou na Quinta do Monte d'Oiro, perto de Alenquer, bacelos importados dessa vasta região dá à luz o famoso *Hermitage La Chapelle*. O objectivo era produzir vinhos que exprimissem o “terroir” que lhes serve de berço, com base num curto naípe de castas, numa viticultura que privilegiasse a concentração em detrimento da quantidade (recorrendo sem hesitações à monda em verde), numa vinificação quase cirúrgica e em estágios nas melhores barricas de carvalho *Seguin Moreau*. O resultado tem sido estrondoso, com uma “sucessão sucessiva de sucessos” sem paralelo na enologia portuguesa contemporânea. O Quinta do Monte d'Oiro 1999 “Homenagem a António Carqueijeiro” é o expoente máximo desse êxito, com a conquista do 1º lugar da “Prova Ibérica” que, em 2002, confrontou em prova cega as melhores 30 marcas portuguesas e espanholas.

O Quinta do Monte d'Oiro Reserva

Vinhos

2000, com 13º de volume, é um *blend* da casta *Syrah* (96%) e da branca *Viognier* (4%) que faz jus ao mote lançado por *Gerard Margeon* (responsável pela escolha de vinhos dos restaurantes de *Alain Ducasse*), segundo o qual estamos perante vinhos “com notável sentido gastronómico”. O *gourmet* requintado que é José Bento dos Santos não hesita em sugerir como acompanhamento pratos de alta cozinha, como a *Perdiz à Convento de Alcântara*, onde os eflúvios da caça e da trufa se combinam magistralmente. Peças de caça de pêlo (lebre, veado e javali), um faisão estufado ou uma galinhola assada com seus sucos, são alternativas possíveis, para não falar num *foie gras* salteado com castanhas, se alguém aguentar uns anos o impulso tanático de tirar a rolha à primeira garrafa que lhe aparecer à frente.

Foi isso mesmo que sucedeu num certo ágape outonal, em que este vinho acompanhou um cabrito assado no forno, com *boletus* salteados e um folhado do tipo “pastel de nata” recheado com creme de ervilhas. Cuidado com a experiência que não é nada fácil bater palmas com um copo na mão.

**QUINTA DO MONTE D'OIRO
RESERVA 2000**

Preço: €39,50

(www.vinhoeecoisas.pt)

Por Rui Fiolhais

Meteorologia

(sol) UM NOVO RUMO PARA A JUSTIÇA

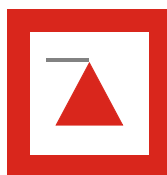
Na recente tomada de posse, o novo Presidente da República elegeu como área de prioridade de atenção a questão do prestígio da justiça e das instituições do Estado.

Ainda bem que a justiça se tornou uma prioridade do Estado, pois é inconcebível que o poder político persistentemente relegue uma matéria tão sensível para segundo ou terceiro plano. Assim saibam os juízes corresponder colectivamente a esse desafio, tornando-se, eles próprios, também, sujeitos interessados e activamente cooperantes e influentes na resolução dos problemas da justiça e, especialmente, na recuperação do prestígio e dignidade institucional dos tribunais, tão ilegítimamente postos em causa nos últimos tempos.

Com memória, mas sem ressentimentos capazes de bloquear as soluções positivas, é esse, afinal, o nosso dever.



(nublado) DESCUBRA AS DIFERENÇAS...



Solução: Consultar o Código do Direito de Autor e dos Direitos conexos.

(chuva) O RELACIONAMENTO DA DIRECÇÃO DA ASJP COM A COMUNIDADE E COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Associação Sindical dos Juizes convocou uma greve de zelo, mas, segundo alguns responsáveis, estamos, pelos vistos, apenas perante o fim “daquela dedicação louca” ao trabalho que tem caracterizado os nossos magistrados. Agora, a partir das 17 horas há várias coisas que eles se recusam a fazer, em protesto contra algumas medidas do Governo. Muito bem, mas convém que não brinquem com as palavras: trata-se de uma greve de zelo, sim, e ponto. Se têm convicções, os juizes que aguentem com as consequências daquilo que fazem – ou, neste caso, não fazem (Editorial da Sábado – nº 93 - 9 a 15 de Fevereiro de 2006). Este é um exemplo, entre outros, que reflecte simultaneamente uma incompreensão da comunicação social relativa ao funcionamento do sistema de justiça, mas basicamente uma ausência de rumo, estratégia e atitude na definição de uma política associativa no relacionamento com os centros institucionalizados de comunicação e na dimensão comunicativa com o cidadão e os demais órgãos do Estado.

As declarações avulsas de “alguns responsáveis” da ASJP continuam centradas num modelo de actuação baseado numa lógica de mero sindicalismo reivindicativo, quando actualmente se exige que, para além da defesa do estatuto sócio-profissional, os juizes apostem numa atitude ético-profissional de responsabilidade social, de valorização da cidadania e na melhoria dos padrões de qualidade de intervenção no sistema judiciário, vectores esses que constituem o único modo de recuperação do capital simbólico e de autoridade dos juizes e a via para a devolução da dignidade à profissão.

Tanto na vertente da cultura judiciária como na dimensão institucional e profissional os juizes portugueses, através da sua associação representativa, devem elevar o nível de qualidade de actuação, assumindo-se como garantes dos direitos e liberdades dos cidadãos, circunstância essa que os conduzirá a serem novamente reconhecidos como pedras basais e insubstituíveis do Estado de Direito Democrático e passem a ser considerados como verdadeiros titulares de poderes soberanos pelas demais autoridades da orgânica do Estado. Porém, para que se concretize esse objectivo, a ASJP terá de deixar de funcionar em circuito fechado e deve abandonar as lutas sindicais de braço dado com a CGTP ou a UGT.

